

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELA DE SOUZA OLIVEIRA

**BRICS RUMO A CONTESTAÇÃO SISTÊMICA? COOPERAÇÃO FINANCEIRA
PARA DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO**

Brasília
2015

GABRIELA DE SOUZA OLIVEIRA

**BRICS RUMO A CONTESTAÇÃO SISTÊMICA? COOPERAÇÃO FINANCEIRA
PARA DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

Brasília
2015

GABRIELA DE SOUZA OLIVEIRA

**BRICS RUMO A CONTESTAÇÃO SISTÊMICA? COOPERAÇÃO FINANCEIRA
PARA DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de Brasília.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos
(Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Eduardo Amadeu Dutra Moresi
(Universidade Católica de Brasília)

Prof. Dr. Eiiti Sato
(Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília)

Aos meus pais, meus maiores exemplos de
dedicação e superação.

AGRADECIMENTOS

Sou muito feliz por ter sido estudante da Universidade de Brasília e ter sido parte da história do Instituto de Relações Internacionais. Aqui pude amadurecer e desenvolver um olhar crítico, instrumento para que me torne uma agente transformadora na sociedade. Em especial, quero agradecer ao Prof. Dr. Rodrigo, meu orientador, por ter tido a oportunidade de desenvolver-me com um profissional motivado a ajudar seus alunos a encontrarem suas potencialidades e pela sua incrível paciência e suporte ao longo desse processo tão desafiante.

Estou exultante por compartilhar essa vitória com meus fiéis amigos, Isabela, Melina e Alexandre, e sei que muitas alegrias ainda viveremos juntos. Agradeço aos meus amigos da igreja e de GE por terem enriquecido a minha vida com experiências tão especiais. Sou feliz por ter conhecido tantas pessoas que me inspiraram com suas missões e dedicações, obrigada aos meus amigos da graduação e de Domani. Quero agradecer também aos Relvs, por terem sido a melhor turma que poderia encontrar. E obrigada Dani e Luísa por terem sido minhas principais companheiras de labuta.

Essa é a oportunidade também de honrar a minha família. Obrigada às minhas tias, primas e primos, eu sou o que sou hoje porque herdo de vocês a garra para lutar e vencer, a sabedoria para galgar degraus e o amor que faz com que a alegria de um, seja a alegria de todos. Não poderia deixar de dar o meu abraço de carinho e gratidão à Bispa Antônia, quem tanto me ensinou e me sustentou em oração, a senhora é peça fundamental do meu sucesso.

Palavras não poderiam expressar a minha gratidão às duas pessoas mais importantes no mundo para mim, os meus pais, Jesus e Nilza. Meu maior desejo é trazer orgulho a vocês, a quem lutou tanto para que eu pudesse viver uma vida de privilégios e ter acesso à melhor educação. Seus ensinamentos, valores e esforços nunca serão esquecidos dentro de mim. Onde for e o que quer que faça, que eu possa honrar os seus nomes e contar sobre a beleza que há em seus olhos. Obrigada, pai e mãe, por serem meus maiores torcedores, por me ensinarem a ter os pés no chão e olhos no céu. E meu obrigada com muito carinho para a Nona, minha segunda mãe. O seu enorme amor e cuidado ao longo de todos esses anos são uma das maiores razões para que eu conseguisse ter chegado até aqui. Eu amo vocês!

Mas acima de todos e tudo, eu desejo lançar toda minha gratidão a Deus. Ao meu Senhor que sonha os meus sonhos antes mesmo de mim e que abriu essa porta toda especial. Obrigada Pai, por aperfeiçoar o seu poder nas minhas fraquezas, por me amar e ter me sustentado fielmente todos os dias e por, ainda, contar comigo para grandes propósitos. Sem Ti, eu nada posso fazer.

RESUMO

Este trabalho visa compreender o BRICS e sua perspectiva de contestação sistêmica. Nesse âmbito, analisa-se o sentido da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e se essa iniciativa consolida o objetivo de gerar alternativas que pautem novos parâmetros para o financiamento ao desenvolvimento. É necessário, porém, refletir como as assimetrias dentro do BRICS afetam a credibilidade do grupo de, em conjunto, empreender transformações sistêmicas.

Além disso, esse trabalho busca posicionar o NBD em relação aos propósitos concernentes aos bancos de desenvolvimento. Portanto, é importante entender do que se tratam tais estruturas e como o financiamento tornou-se fundamental para crescimento econômico desde o pós II Guerra Mundial.

Indaga-se, também, como se dará o funcionamento do Novo Banco, tendo em vista a necessidade de conciliar as experiências dos países componentes do BRICS em financiamento para desenvolvimento, bem como as visões de cooperação que poderão caracterizar as atividades do NBD.

Nesse sentido, a análise final sobre a problemática compreende que o NBD não será capaz de consolidar a contestação sistêmica por parte dos BRICS, uma vez que a atual saúde das economias emergentes aponta para uma dificuldade em sustentar a dita proposta. Ademais, nessa conjuntura, a China destoa como ator melhor preparado em vias de imprimir transformações na arquitetura financeira internacional.

E, por fim, espera-se que as operações do Novo Banco sigam os pressupostos da cooperação Sul-Sul, sem forte imposição de condicionalidades, e sejam positivas para o sistema, apesar de não decisivas, para o desenvolvimento de infraestruturas no mundo.

Palavras-chave: BRICS; NBD; China; contestação sistêmica; cooperação Sul-Sul; financiamento para desenvolvimento; banco de desenvolvimento.

ABSTRACT

This work essay to understand the BRICS and its perspective of systemic contestation. In this way, it is analyzed the sense of the New Development Bank's creation and the essay also analyzes if such initiatives consolidate the objective of reproducing alternatives that could guide new parameters for the development financing. Nevertheless, it is necessary to consider how the asymmetries inside the BRICS affect the credibility of the group themselves engage transformations in the system.

Furthermore, this essay tries to see NDB in terms of the purposes concerning development banks, thus, is it important to understand what these structures are and how the financing became such a fundamental aspect for the economic growth since World War II.

This essay also quests about how it would work the New Bank, owing to the need to conciliate the BRICS countries expertises in financing for development, as well as the cooperation views that could characterize NDB's activities.

In this sense, the final analysis on the issue understands that the NDB will not be able to consolidate the systemic challenge by the BRICS, since the current health of emerging economies reveals a difficulty in sustaining such proposal. Moreover, in this scenario, China stands out as the most prepared actor to make changes in the international financial architecture.

Finally, it is expected that the New Bank's operations follow the assumptions of South-South cooperation, not employing deep conditionalities and also that they engender positive effects for the system, although not decisive for the development of infrastructure in the world.

Key words: BRICS; China; systemic contestation; South-South cooperation; financing for development; development banks; NBD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Distribuição dos fluxos de investimentos externos direto e estoques em 2013.....	16
--	----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. Princípios de cooperação para desenvolvimento expressos pelos respectivos governos dos BRICS.....	28
TABELA 1. Distribuição Geográfica nas linhas operativas das linhas de crédito do Banco Exim Índia, 2005, 2011-2013.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR – Arranjo Contingente de Recursos

AIIB – Asian Infrastructure Investment Bank

BDAS – Banco de Desenvolvimento da África do Sul

BDC – Banco de Desenvolvimento da China

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento (Brasil)

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAD – Comitê De Assistência Ao Desenvolvimento

CDB – China Development Bank

CIS – Commonwealth of Independent States

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

ICBC – Industrial and Commercial Bank of China

IED – Investimento Externo Direto

IFI – International Financial Institutions

IIF – The Institute of International Finance

IMFC - International Monetary and Financial Committee

ITEC – Indian Technical and Economic Cooperation

ITEC - Indian Technical and Economic Cooperation

JDB - Banco de Desenvolvimento do Japão

KfW - Kreditaltanlftur Weidarufban (Banco de Desenvolvimento da Alemanha)

MOFCOM – Ministry of Commerce of the People's Republic of China

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

NDB – New Development Bank

NEPAD - New Partnership for Africa's Development

NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODA – Official Development Assistance

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

SADC – Southern African Development Community

UNDP – United Nations Development Programme

URSS – União Soviética

USAID – United States Agency for International Development

VEB – Vnesheconombank (Banco de Desenvolvimento da Rússia)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. BRICS: O QUE É? O NBD NO BRICS.....	7
2.1 – BRICS na conjuntura atual e o lançamento do NBD e do ACR.....	7
2.2 - O que é a China em relação aos BRICS e em suas perspectivas de financiamento dentro do ACR e NBD?.....	13
3. O FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	18
3.1 - Panorama teórico-histórico do financiamento para desenvolvimento.....	18
3.2 – O que são Banco de Desenvolvimento.....	20
3.3 – Ampliação da agenda de cooperação financeira e o NBD nesse cenário.....	23
4. EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DOS BRICS COM COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO.....	27
4.1 - Visão de cooperação para desenvolvimento dos BRICS.....	27
4.2 - Bancos de Desenvolvimento no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.....	32
4.2.1 - Brasil – BNDES.....	32
4.2.2 - Rússia – VEB.....	35
4.2.3 - Índia - Exim Bank.....	36
4.2.4 - China – BDC.....	37
4.2.5 - África do Sul – BDAS.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
APÊNDICE A – Quadro Resumo das Características dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento dos cinco BRICS.....	53

1. INTRODUÇÃO

A dimensão contestatória do sistema internacional, há muito presente nas discussões de relações internacionais, tem sido recorrentemente suscitada em discursos, ações e empreendimentos no cenário internacional. No sistema internacional vigente, concebido durante as décadas de 1940 e 1950, por exemplo, ocorre o advento do Movimento dos Não-Alinhados e sua conversão em organização formal em 1961.

A partir da década de 2000, emerge uma nova onda de pleitos dirigidos à modificação de estruturas de governança global. Em especial, iniciaram-se revisões de regras dispostas em organismos internacionais e em regimes internacionais, ampliaram-se e diversificaram-se coalizões em negociações internacionais de comércio; expandiram-se atores e recursos da cooperação Sul-Sul; discutiram-se estratégias rumo a reformas como a do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras.

Em uma perspectiva de síntese de novas propostas alternativas para o sistema internacional nessa conjuntura, é possível situar o BRICS, grupo formado por cinco países (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e as previsões que os cotavam como futuras potências globais. Entretanto, a expectativa em torno do impacto dessa plataforma parece arrefecer à medida que a ação coletiva empreendida por tais atores cai em descrédito frente à desaceleração de suas economias.

Pesquisas passam a se debruçar sobre as reais possibilidades e efetividades trazidas nas propostas concernentes ao BRICS. Análises sobre os BRICS questionam a estabilidade do grupo no que concerne à coesão interna entre os cinco componentes, às diferenças identitárias e de interesses, o grau de avanço das economias e as posturas políticas divergentes.

Apesar de se reconhecer, na maioria dos casos, os desafios dentro do próprio grupo a serem superados, há quem diga que os BRICS conseguirão empreender grandes transformações e que atrairão ainda mais atenção dos investidores e dos tomadores de decisão nas relações internacionais (LAÏDI, 2012 *apud* FONSECA, 2012). Já autores mais céticos (TAINO, 2011), vislumbram certa incapacidade de ação conjunta dos cinco países em assuntos mais complexos e de conflito de interesse individual, isso em condições adversas e indisposições do próprio sistema em aceitar o estabelecimento de atores emergentes como *rule setters*.

Na esteira desta discussão, as assinaturas dos tratados para criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)¹ e do Arranjo Contingente de Recursos (ACR)² em Fortaleza no ano de 2014 (BRASIL, 2014a) surgem, então, como sinalizações de potenciais avanços dos BRICS em termos de institucionalização. Isso quer dizer que os cinco países podem ter encontrado um denominador comum de cooperação que visa dispor recursos para a construção de uma instituição de alcance internacional.

É possível vislumbrar, assim, certo otimismo quanto à formulação, à negociação e, agora por vir, à implementação do Novo Banco e do Arranjo no sentido de superação de divergências e de possibilidade de ação coletiva. Nasce, assim, o discurso oficial elevando o caráter alternativo do NBD e do ACR para a busca de empréstimos e financiamentos em fontes alternativas às tradicionais estruturas advindas de Bretton Woods (COZENDEY, 2015, p.137).

Nesse debate, o presente trabalho propõe explorar como se dá a ação coletiva dos BRICS no sistema internacional vigente, mediante o NBD e o ACR, em relação às suas potencialidades de contestação e de mudança do ordenamento sistêmico vigente. Justifica-se mormente pelas consequências mais recentes das crises econômicas e financeiras contemporâneas, que acometem países de todo o mundo, em especial dos BRICS. Como essas novas condições afetam a capacidade desses países de levarem adiante seu projeto em conjunto e, efetivamente, criarem novas estruturas que eventualmente afetem o ordenamento e o equilíbrio do sistema internacional? Diante disso, o questionamento sobre as condições (diferenciadas) dos BRICS em levarem a cabo e imprimirem longevidade nas ações que criam como alternativas para o sistema internacional se situa em uma discussão maior que diz respeito à posição de contrabalanceamento que ocupam os emergentes frente às maiores potências.

No pano de fundo dessa problemática, a pesquisa também visa erguer a questão da assimetria da participação dos recursos empreendidos entre os cinco países no NBD e ACR, pois o impacto da diminuição das condições de um dos atores pode desestabilizar toda a instituição. Entendendo, portanto, que a crise acomete cada um dos BRICS de modo diferente, é instigante refletir e questionar se a crise transformará os comportamentos dos países para

¹ O Novo Banco de Desenvolvimento é uma instituição financeira criada pelo acrônimo BRICS em julho de 2014, na ocasião da VI Cúpula de Fortaleza. A instituição é voltada para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e países em desenvolvimento. O capital inicial acordado para NBD foi de US\$ 50 bilhões, sendo que foi autorizada extensão até US\$ 100 bilhões.

² O Arranjo Contingente de Recursos, iniciativa criada conjuntamente ao NBD na VI Cúpula dos BRICS, tem a função prover apoio mútuo aos membros do acrônimo BRICS em cenários de flutuações no balanço de pagamentos. Os capitais alocados para o ACR são da ordem de US\$ 100 bilhões.

com o NBD e ACR, revelando assimetrias de disponibilidade de investimento e, com isso, diferentes capacidades de influência no decorrer do desenvolvimento dessas duas iniciativas.

Nesse sentido, constrói-se outra parte do objeto de pesquisa: a possível relação assimétrica de influência da China frente aos outros países no que concerne ao NBD e ao ACR. Vale lembrar que a participação chinesa se revela mais pujante no Arranjo Contingente de Recursos, pois totaliza 41% dos recursos levantados, frente aos 18% cada de Brasil, Índia e Rússia e 5% da África do Sul (BRASIL, 2014a).

As assimetrias também são objetos de análise no tocante à estrutura financeira de desenvolvimento que cada BRICS empreende. Para aprofundar o conhecimento sobre o Novo Banco e as perspectivas futuras, o presente trabalho dedicou-se em descrever as iniciativas de cooperação para desenvolvimento de cada país, bem como de suas estruturas bancárias nacionais de desenvolvimento. Antes, porém, desse olhar, apresenta-se uma discussão sobre a evolução e os sentidos da cooperação para o desenvolvimento no sistema financeiro internacional, situando o NBD como novo instrumento para preencher a ainda existente lacuna de investimento em infraestrutura para desenvolvimento.

Relevância

O estudo do NBD e do ACR estabelece-se como uma abordagem da efetividade de ação e influência da agenda do Sul nas relações internacionais. A pesquisa se insere, assim, em uma reflexão maior sobre os BRICS e a construção da ordem internacional.

Esta pesquisa intriga-se em relação às ambições e condições dos países emergentes em implicarem o cunho contestatório na ordem internacional. O momento é oportuno, então, para acompanhar se os empreendimentos dos países emergentes em busca de mais evidência no espaço global são afetados pelo enfraquecimento das potências tradicionais ou se estes conseguem, contudo, manter o nível de seus empreendimentos institucionais a fim de equilibrar e influenciar a estrutura vigente.

Com vistas à imparcialidade e ao desvio da euforia superficial em relação aos BRICS e aos referidos avanços institucionais, a pesquisa contribui ao tocar na compreensão mais apurada do papel da China nos BRICS e no contexto de alinhamento com o mundo emergente. Pois, ao se falar de BRICS, é indispensável avaliar as assimetrias do grupo e seus impactos no fortalecimento da coalizão.

Ademais, esse trabalho logra relevância por contribuir ao grande campo de pesquisa ainda pouco explorado no que tange o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo

Contingente de Recursos. Posto isso, se faz importante a tentativa do projeto em se acercar ao propósito de preencher tais lacunas.

Objeto de pesquisa

Propõe-se a análise das condições de sustentação dos BRICS para contestação sistêmica por meio das iniciativas do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Recursos. É importante ressaltar, porém, que o ACR não é o foco predominante na pesquisa deste trabalho. Sua análise é útil com um logro obtido pela cooperação entre os BRICS em busca da contestação do sistema e, ainda, como objeto que revela assimetrias presentes nas relações intra-BRICS diante da evidência da contribuição preponderante da China para esse Arranjo.

Em contrapartida, o NBD perpassa todo o trabalho e é a instituição foco abordada como objeto central de pesquisa, sobretudo em termos das questões de cooperação financeira para o desenvolvimento e de experiências domésticas com bancos de desenvolvimento no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no tema.

Perguntas de pesquisa

Para perseguir esse objeto, foram estabelecidas duas perguntas de pesquisa que cercearam todo o processo de busca e inquietação em relação ao tema. São estas:

1. Como se fundamenta a perspectiva de contestação sistêmica dos BRICS através das instituições financeiras NBD e ACR?
2. Quais as perspectivas para o NBD no sistema vigente de cooperação financeira internacional para o desenvolvimento?

Problematização - Hipótese

Em relação às inquietações apresentadas sobre o tema este trabalho defende o argumento de que, diante do relativo pequeno aporte de capital atribuído ao NBD e ao ACR, tais iniciativas não devem significar ainda um forte instrumento de balanceamento de poder rumo à transformação da ordem internacional vigente.

Já em relação às experiências de cooperação para o desenvolvimento e das atividades nacionais dos respectivos bancos para o desenvolvimento, sustenta-se o predomínio de diversidade que ainda sinaliza muitos desafios a serem superados pelo grupo no intento de

organizarem conjuntamente o funcionamento e delimitarem o perfil a ser desempenhado pelo Novo Banco.

Em suma, prevalecem entre os BRICS fortes assimetrias que afetam diretamente a disposição de suas capacidades para alterar o sistema internacional. Portanto, não é coerente falar que os cinco países dos BRICS desempenham forte pressão no sistema internacional, e sim que a China é o ator de maior peso e com potencial de alterar o sistema financeiro internacional. Este objetivo perdura como prioritário pela China, que vê nas duas instituições BRICS em questão potencial de instrumentalização de suas próprias estratégias de inserção internacional.

Metodologia

A metodologia deste trabalho é essencialmente uma revisão bibliográfica. Na primeira etapa da pesquisa, buscou-se entender o panorama geral no qual se insere BRICS e sua agenda e contestação sistêmica, avaliando, portanto, elementos da atualidade frente às perspectivas associadas ao grupo. Foram pesquisados, assim, autores que abordam a posição revisionista de países do Sul global e a formação de coalizões entre atores divergentes, mas que compartilham o interesse de influenciar negociações internacionais. Em seguida, foi estudada a formulação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Recursos, resgatando de fontes iniciais os propósitos e importância atribuídos às duas estruturas. Com o estudo bibliográfico sobre a dimensão de reforma da governança global apresentadas na instituição do NBD e ACR, foi necessário prosseguir com a coleta de dados que retratassem brevemente a atual saúde econômica dos países em questão, a fim de analisar as suas condições em sustentarem tais iniciativas.

À medida que se desenvolvia o processo de pesquisa, se revelava a pertinência da análise das assimetrias que constituem as relações BRICS. Tópico que foi tratado por meio de perspectivas de alguns acadêmicos. Este aspecto deu origem a uma nova etapa (segunda etapa) de pesquisa cujo foco era a compreensão mais profunda do papel da China no equilíbrio das relações intra-BRICS bem como nas novas instituições a serem inauguradas.

A terceira parte da pesquisa consistiu no estudo da bibliografia pertinente sobre financiamento para o desenvolvimento, função em que se encaixa o NBD. Para tanto, foi necessário recorrer à História para compreender onde, como e para quê estratégias para o desenvolvimento começaram a fazer parte da agenda política global. Nesse sentido, a pesquisa afunilou para o estudo do tema da criação de bancos de desenvolvimento e seu lugar

especial no sistema financeiro para promoção do desenvolvimento. Foram abordadas, também, leituras sobre a atual agenda da cooperação para o desenvolvimento.

Após, estudar o que diz a literatura sobre financiamento externo e cooperação para o desenvolvimento. A última etapa da pesquisa utilizou como fonte principal o trabalho de Baronne e Spratt (2015) cujo título é “Banks from the BRICS”, a fim de compreender como se dá a visão de cooperação de cada país dos BRICS, bem como o funcionamento de suas estruturas bancárias nacionais de cunho desenvolvimentistas. A partir dessa base, foram exploradas ainda informações oficiais dos bancos nacionais referente aos BRICS e leituras de demais estudiosos, com o propósito de compreender possíveis perspectivas a serem arroladas no Novo Banco de Desenvolvimento.

2. BRICS: O QUE É? O NBD NO BRICS

2.1 – BRICS na conjuntura atual, o lançamento do NBD e do ACR

Os BRICS, compostos pelos países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, partes do contexto de Sul global, empenham-se na contestação da atual ordem internacional. O mecanismo político-diplomático, assim, consiste em uma tentativa de redesenho da governança global (REIS, 2012). Chaturvedi (2012) discorre sobre o cenário de acentuado crescimento econômico do Sul e da expansão da cooperação de caráter sulista no qual os BRICS se ambientam e aponta para uma nova maneira de estabelecimento de pesos em negociações internacionais.

Na esteira dessa discussão, o embaixador Gelson Fonseca (2012) reflete sobre a capacidade estanque das potências tradicionais em gerar novos paradigmas de ordem e argumenta que isso provê espaço para que outros países ou grupos possam emergir com interesses e propostas de reformulação da ordem internacional. Já Flemes (2010, p. 152) destaca que aqueles jogadores do sistema internacional, que trazem inovação, articulam-se e formam alianças/coalizões de ação conjunta; mantendo, porém, sua soberania e independência, com o potencial de influir significativamente nos resultados de políticas futuras. Pape (2005), por sua vez, resgata a assimetria inerente das relações internacionais como contexto que força a união de *middle power countries*, como no caso dos BRICS.

Hurrell (2007) adiciona que países caracterizados como revisionistas são provenientes de Estados ou povos que desenvolveram capacidade de organização política a fim de estabelecer suas demandas e de fazer refletir seus interesses, preocupações e valores. Konushi e Onuki (2007, p. 112), na mesma linha, depreendem que “(...) para tentar driblar os constrangimentos derivados de normas que lhe são impostas, sem, contudo, romper com o sistema, os PEDs encontraram na formação de coalizões uma maneira para influenciar as negociações internacionais e obter ganhos”.

A dimensão institucional se configura como matéria de intensa reflexão por parte dos estudiosos na tentativa de situar a ação e desdobramentos dos empreendimentos de coalizões de caráter emergente. Segundo Hurrell (2009, p.8), as instituições

podem ser os locais onde representantes estatais são expostos a novas normas (...); podem agir como canais e condutores através dos quais normas internacionais são transmitidas (como ideias neoliberais têm sido através das instituições financeiras internacionais); ou podem reforçar transformações domésticas que já estão em curso.

Estudos se direcionam, então, à representatividade causada pela instituição de tais iniciativas. O artigo de Abdenur e Folly (2015), ao analisar a iniciativa do NBD a partir do processo de sua institucionalização, leva em conta a “criação de uma burocracia consistente; um grau de enraizamento social; e a formação de uma plataforma normativa capaz de influenciar a formulação de regras na esfera do desenvolvimento global” (ADBENUR; FOLLY, 2015, p. 80). Partir destas percepções é, portanto, um primeiro passo rumo à reflexão sobre o potencial do Banco como plataforma alternativa para o desenvolvimento.

Já nos primórdios das relações BRIC, ainda sem a composição da África do Sul, havia cooperações no campo das finanças internacionais para fomentar comércio e estreitamento de relação entre os países. O grupo fez arranjos, por meio dos Bancos Centrais dos países, para realização de transações comerciais em suas próprias moedas, de maneira a diminuir o papel do dólar no comércio intra-BRICS (CHRISTENSEN, 2013).

As discussões sobre sistema financeiro também apareceram na coordenação de posturas políticas em negociações internacionais como no pedido de reforma das quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os BRICS requeriam a reforma nas estruturas de governança, tratamento diferenciado conforme o tipo de estado e a revisão de normas, a exemplo da que determina a nacionalidade norte-americana como requisito para candidatura à liderança do FMI (BISWAS, 2015). Este aspecto se revela no posicionamento manifesto pelo Brasil rumo às instituições de que tais “não se mostram capazes de responder adequadamente aos desafios globais de conjuntura” (BRASIL, 2014a).

Os BRICS, portanto, defendiam a democratização da ordem internacional rumo à inclusão de estados do sul nas agendas. A tentativa era de superar a estrutura enrijecida do sistema internacional e de evoluir do posto de cumpridor para o de estabelecedor. Nesse quesito, Narlikar (2003, p.12) descreve bem os limites que o sistema coloca às coalizões formadas por países em desenvolvimento (PEDs), como no caso dos BRICS quando coloca que “The late entry of developing countries onto a pre-existing international system makes them rule takers rather than agenda setters”.

Frustrados com a rigidez das estruturas tradicionais do sistema financeiro internacional, mas visando o objetivo de abrir perspectivas para evitar a submissão às condicionalidades impostas pelas instituições de Bretton Woods (COZENDEY, 2015, p.137), o grupo lança o NBD e ACR no intuito de redistribuir poder (BISWAS, 2015).

Para entender melhor do que se trata o Banco dos BRICS, resgatam-se os propósitos atribuídos à constituição dessa estrutura:

mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável não apenas nos países BRICS como em demais economias emergentes e países em desenvolvimento, complementando esforços de instituições financeiras – multilaterais e regionais – de promoção do crescimento e desenvolvimento global”. Deve fornecer “empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos financeiros, cooperar com organizações internacionais e financeiras, e prestar assistência técnica a projetos a serem implementados. (BRASIL, 2014c)

Desta maneira, a importância atribuída pelo Itamaraty (2015) ao NBD é de que este “representa uma contribuição concreta do BRICS aos desafios sistêmicos relacionados ao desenvolvimento internacional, especialmente no tocante à maior integração entre as economias emergentes e em desenvolvimento”.

Já o Arranjo Contingente de Recursos “consiste em uma plataforma de apoio, por intermédio de instrumentos preventivo e de liquidez, em resposta a pressões de curto prazo, reais ou potenciais, sobre o balanço de pagamentos”, de modo a prover apoio mútuo aos membros do BRICS (BRASIL, 2014c). Sendo assim, tal instrumento atuará para a promoção da estabilidade internacional, em complementação à atual rede global de proteção financeira. Visa-se, com isso, o aumento da confiança dos agentes econômicos e financeiros mundiais nos países do agrupamento a mitigação do espalhamento de choques econômicos (ITAMARATY, 2015).

Porém, além da visão do NBD como um avanço na institucionalização dos BRICS, é perceptível que, por detrás de sua formulação, existem evidências de uma pressão por parte do grupo para a reforma da governança global.

Nesse sentido, é preciso analisar com cautela as promessas do NBD e ACR em termos das possibilidades de contestação do sistema.

Biswas (2015, p. 7) diz que o NBD terá provavelmente menos condições favoráveis para alcançar níveis tais quais o AAA atribuído pela *Standard and Poor's* ao Banco Mundial em abril de 2014. Condições mais desfavoráveis resultarão, por sua vez, em altos custos no crédito, diminuindo a competitividade do Novo Banco. Sem embargo, ele reconhece que as previsões que retratam a junção do crescimento futuro das economias chinesa e indiana (as quais representarão cerca de 25% do PIB mundial) poderá ser fator que viabilize aumentos consideráveis na capitalização total do NDB e em seus empréstimos anuais para os países em desenvolvimento (BISWAS, 2015, p. 7).

Entretanto, Griffith-Jones (2014) contrapõe-se à visão de Biswas (2015). A autora diz que os “emerging and developing countries have the necessary savings and foreign exchange

reserves to finance a new development bank that could contribute to finance such investment” (GRIFFITH-JONES, 2014, p. 1). Assim, o NBD apareceria como uma ótima alternativa para tomadores de empréstimo pelo simples fato de “BRICS countries are highly rated” por agências de avaliação financeira, o que “would allow a low cost of borrowing on international capital markets” (GRIFFITH-JONES, 2014, p. 9).

Já sobre o NBD almeja uma contestação sistêmica, Griffith-Jones (2014, p.1) enxerga tal instituição como complementar e não substitutiva das instituições financeiras existentes. Hale, Held e Young (2013, p. 303) dizem que uma estratégia de lançamento de instituições que meramente se adaptam ao sistema tem pouco efeito sobre o balanceamento de poder na reforma do sistema financeiro internacional; ao passo que, para provocar alterações, a reforma proposta deve produzir uma instituição efetiva de governança global. Uma instituição efetiva seria tal, segundo os autores, aquela que dispõe de capacidade para criar marcos regulatórios críveis e para investir diretamente na provisão de bens públicos e globais.

Assim, também Abdenur e Folly (2015, p.96) sustentam que, para se perseguir o objetivo de exercício de maior influência normativa no sistema internacional, será preciso que o NBD não apenas cumpra a sua função de financiar e promover desenvolvimento, como também estabeleça parâmetros e contribua para a discussão sobre desenvolvimento internacional. Portanto, vislumbra-se uma necessidade dos BRICS em ganharem legitimidade perante os demais atores do sistema. Lins da Silva (2014) se mostra mais cético e já defende que, apesar de se falar da ordem de 100 bilhões de dólares destinado para o ACR, o montante de recursos levantados pelos BRICS ainda é insuficiente para conferir ao foro papel decisivo nos processos de decisão referentes à economia global.

Gray e Murphy (2013) entendem que a incapacidade dos BRICS se apresentarem de modo distinto da arquitetura hierárquica do mundo neoliberal, ainda que algumas diferenças guardadas, termina por demonstrar a fraqueza interna do grupo como um bloco capaz de desafiar seriamente as potências tradicionais. Cooper e Farooq (2015) requerem maior clareza teórica para que seja possível explicar as iniciativas institucionais multilaterais de países emergentes (como é o caso dos BRICS) que abarcam conflito de interesses e divergências. Para os autores “suas diferenças não somente criam um ‘déficit de confiança’, mas também desafiam a cooperação e a coordenação, que poderiam ser mantidas no longo prazo” (p. 17).

É aqui, porém, que se revela a previsível assimetria das condições diferenciadas entre os cinco países em proverem uma nova instituição no sistema financeiro internacional. Desta maneira, repercutem no levantamento das assimetrias da coalizão desconfianças sobre a

coalizão quando esta se centra na diversidade dos atores que a compõe. Fiori (2013) ilustra que as diferenças presentes nas características e interesses de atores podem impedi-los de arrolarem papel geopolítico importante. Então, Becard, Barros-Platiau e Oliveira (2014) preconizam que os “BRICS têm como desafio reduzir as assimetrias entre eles para que ações mais concretas possam ser tomadas em conjunto”.

As autoras Lima e Hirst (2009) tratam das diferenças como fatores determinantes que geram enfraquecimento e até fracasso de uma coalizão. Ao se remeterem ao exemplo histórico do G-77, demonstram que, na medida em que as diferenciações econômicas e políticas se manifestaram no seio daquela coalizão, foi se dissolvendo a capacidade de ação conjunta do referido grupo (LIMA, HIRST, 2009, p. 12).

Nesse sentido, o presente trabalho questiona a estabilidade dos fundamentos econômicos e financeiros dos países dos BRICS no lançamento de propostas institucionais como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Recursos (ACR), objeto de pesquisa delimitado aqui, a fim de que se entendam quais são as reais condições de os BRICS em empreenderem ação contestatória no sistema internacional.

Faz-se necessário, então, resgatar da literatura o dito sobre as mudanças correntes nas economias dos cinco BRICS. Há menos de uma década, os BRIC (sem o “s”) foram assim denominados a partir de uma avaliação do Banco Goldman Sachs. O acrônimo representava, segundo os analistas, as próximas maiores potências econômicas do globo (GOLDMAN SACHS, 2007). Somente depois dos BRIC terem deixado de ser linguagem de investimentos e se tornarem concertação político-diplomático, a África do Sul foi convidada para compor o foro, em 2010, por se adequar às perspectivas de emergência como nova potência.

No entanto, frente aos indícios recentes de desaquecimento destas economias, e retomando a problemática que tange esta proposta de pesquisa, questiona-se a capacidade de sustentação dos componentes dos BRICS rumo ao crescimento econômico das primeiras projeções. Vale registrar que Goldman-Sachs, responsável pelo termo e pela aposta na perspectiva promissora de investimento nesses países, resolveu fechar, em novembro de 2015, o fundo criado especialmente para investimentos em ativos desse grupo de países, em decorrência do desaquecimento do crescimento e de investimentos, considerando que os fundos caíram 88% desde o seu pico em 2010. Com isso, a popularidade dos BRICS parece se desvanecer (BLOOMBERG, 2015).

O crescimento do PIB do Brasil vem declinando nos últimos anos. A avaliação do ano feita pelo FMI (WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE, 2015) em julho último

apontava um decréscimo estimado em 1,5%. As estimativas para 2016 também não são muito positivas, com o crescimento projetado em 0,7%. Os desafios de crescimento para o Brasil surgem ainda num momento em que o preço das *commodities* caiu e a demanda por matérias-primas da China teve relativo arrefecimento, constituindo o fim do superciclo das *commodities* (CULIUC; KOCHHAR, 2014). Essa situação ilustra bem o que Eichengreen et alli (2013) preconizam como *middle-income trap*, a ser vivido pelas economias emergentes em crise, após terem crescido com falta de investimentos e de reformas, e com baixa produtividade.

A Rússia também sofre recessão econômica de 3,4% em 2015 e previsão de crescimento de apenas 0,2% em 2016. A África do Sul tem previsão de crescimento de 2% para 2016. A Índia é o país com melhores perspectivas dentre os BRICS em 2015: cresce a 7,5% e deverá manter o mesmo padrão no próximo ano, segundo o FMI (WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE, 2015). Em relação à China, o patamar de crescimento na casa dos 10% representativo das décadas passadas cede lugar para 6,8% em 2015 e 6,3% em 2016 (FMI, 2015).

Ademais, há um fluxo de saída de dinheiro das economias emergentes. Projeções do *Institute of International Finance* (IIF, 2015) apontam uma queda para 981 bilhões de dólares em 2015, frente ao 1,05 trilhão de dólares em 2014. Tal fato tem como uma de suas razões as decisões econômicas tomadas no seio dos Estados Unidos. Em declaração feita no Comitê Financeiro do FMI, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy (IMFC, 2015), apontou que a alta dos juros nos Estados Unidos pode elevar a movimentação de capitais de curto prazo e isso afetará a economia de países emergentes. Assim, a retomada da atratividade de investimentos nos EUA incentiva, também, a saída de capital do mundo emergente, claramente, afetando os BRICS como um todo. De modo que, temores ao redor do aumento de juros pelo *Federal Reserve* demonstram a vulnerabilidade vivida pelas principais economias emergentes, uma vez que o “aumento de 1% das taxas de juros reais dos EUA implica uma redução de cerca de 0,1% do crescimento dos mercados emergentes” (CULIUC, KOCHHAR, 2014, p. 2).

De acordo com o *Interim Economic Outlook* da OCDE (2015), a recuperação econômica está progredindo nos países de economia avançada, mas a estagnação do comércio internacional e a deterioração das condições dos mercados financeiros estão contendo as projeções de crescimento das economias emergentes. A análise da OCDE corrobora com a possibilidade das economias emergentes ficarem vulneráveis quando expostas ao aumento dos juros dos EUA e ao desaquecimento além do esperado da China. A falta de crescimento de

alguns países pode não ser fator imediato de desequilíbrio dos BRICS, mas, futuramente, não se descarta que o desempenho fraco de economias partícipes contribua para o afrouxamento da coesão entre os seus componentes.

Enfim, a contextualização do panorama geral parece não ser favorável. A conjuntura externa que propiciou o impulso dos mercados emergentes – como a expansão do crédito após a crise de 2008 e o boom das commodities e, por conseguinte, as exportações – não mais se veicula à realidade (CULIUC; KOCHHAR, 2014).

Destarte, a ideia do NBD – fundamentada na perspectiva de os mercados emergentes, de posse de altos *surpluses* comerciais, reciclarem suas poupanças em investimentos produtivos em seus próprios países (WILDAU, 2015) – parece ter seu sentido inicial estremecido. Permanece, assim, após avaliação de todos esses aspectos, o questionamento sobre a efetiva sustentação da concepção do Novo Banco.

2.2 – O que é a China em relação aos BRICS e em suas perspectivas de financiamento dentro do ACR e NBD?

Para compreender o papel da China nos BRICS e o que se espera do seu desenvolvimento no NBD e ACR, é preciso recuperar o sentido de assimetria que constitui a realidade das relações BRICS. Barone e Spratt (2015) comentam que a ideia do banco já fora suscitada em 2012 pela Índia com objetivo de financiar grandes projetos de infraestrutura locais como de transmissão de energia, portos e estradas.

Entretanto, as grandes diferenças que caracterizam as economias de cada país dentro do grupo podem ter dificultado a ação coletiva. Por exemplo, a China representa quase 28 vezes a economia da África do Sul (BANCO MUNDIAL, 2015). Além disso, o perfil comercial dos cinco países é matizado: Rússia, Brasil e África do Sul comercializam *commodities* predominantemente; enquanto a China tem forte perfil comercial de manufaturados e a Índia foca em serviços. Além disso, Brasil, Índia e África do Sul apresentam grandes *déficits* no balanço de pagamentos, ao contrário dos chineses e russos que mantêm *surpluses* (VIEIRA, VERÍSSIMO, 2009). As diferenças também se revelam na variação de regimes encontrados dentro do grupo: desde democracia participativa, passando por democracia autoritária, até estado socialista unipartidário.

Ao analisar a China como um dos grandes parceiros comerciais de países emergentes – sendo a China a segunda maior economia do globo e o segundo maior importador de mercadorias e serviços comerciais (IMF World Economic Outlook Database, 2015) – vê-se

que o desaquecimento chinês afeta tais mercados, pois boa parte de seus PIBs advém de exportações, tornando-os mais sensíveis às alterações no crescimento de outras economias (CULIUC, KOCHHAR, 2014). Assim, Culiuc e Kochhar (2014, p.2) constataam que “para uma economia de mercado emergente, cada porcentagem de menor crescimento de seus parceiros comerciais provoca uma redução de cerca de $\frac{3}{4}\%$ de seu crescimento”.

Em relação ao Brasil, a saúde econômica brasileira é afetada pela mudança do comportamento comercial chinês em razão do grande crescimento da interdependência sino-brasileira nos últimos anos. Desde 2009, os chineses são o principal mercado de exportação brasileira. E entre os anos de 2003 e 2013 as exportações saltaram de US\$4,5 bilhões para US\$46 bilhões (OVIEDO, 2014, p. 150). Ou seja, a compreensão sobre a desaceleração dos emergentes perpassa pelo grande papel da economia chinesa na interdependência econômica global.

Mesmo sob desaceleração de sua economia, é indubitável que a China seja dotada de capacidade superior de fomento em relação aos outros membros. Diferentemente dos outros países dos BRICS, assim como comentado, a China tem reservas suficientes para compensar um eventual déficit de dólar. É discrepante também enxergar a participação da China no NBD em termos de porcentagem do seu PIB. A contribuição de US\$10 bilhões significa pouco para a economia chinesa se comparada com a África do Sul, país no qual tal valor corresponde a 2,5% do PIB nacional e 9% das receitas públicas (REISEN, 2014). Tal configuração poderia conferir à China maior poder de influência sobre a arquitetura institucional e operacional do banco (COOPER; FAROOQ, 2015). Nesse contexto, Pesek (2014) vê claramente que os BRICS como coalizão não passa de uma fachada multilateral para interesses e ambições globais por parte da China.

Diante desse apanhado, constata-se que a China é um ator de peso nos BRICS e isso pode se revelar na forma pela qual se desenvolverá nas instituições financeiras lançadas pela VI Cúpula de Fortaleza. Uma análise mais cuidadosa do papel da China nas instituições dos BRICS certamente apontará para a diferença de investimento a ser empreendido pelos chineses.

O Arranjo Contingente de Recursos começará suas atividades dispendo de US\$ 100 bilhões, dos quais 41% serão alocados pela China. Isso atesta a proeminência chinesa nos BRICS e em suas instituições e pode sinalizar para o aprofundamento de assimetrias intra-grupo para o NBD e o ACR. Essas são questões que persistem sobre as perspectivas futuras de coesão dos BRICS, bem como sobre o funcionamento das duas instituições em comum.

Em relação ao Arranjo Contingente de Recursos, uma das razões que justificam sua criação seria a necessidade de obtenção de reservas de liquidez para que as economias dos BRICS estejam asseguradas. Entretanto, a China possui a maior reserva de moeda estrangeira do mundo (FMI, 2015). Por que, então, a China se interessa em promover estabilidade financeira e desenvolvimento? Para Yin (2014) a resposta tem a ver com o proveito que a China poderia tirar com a imagem positiva no plano internacional.

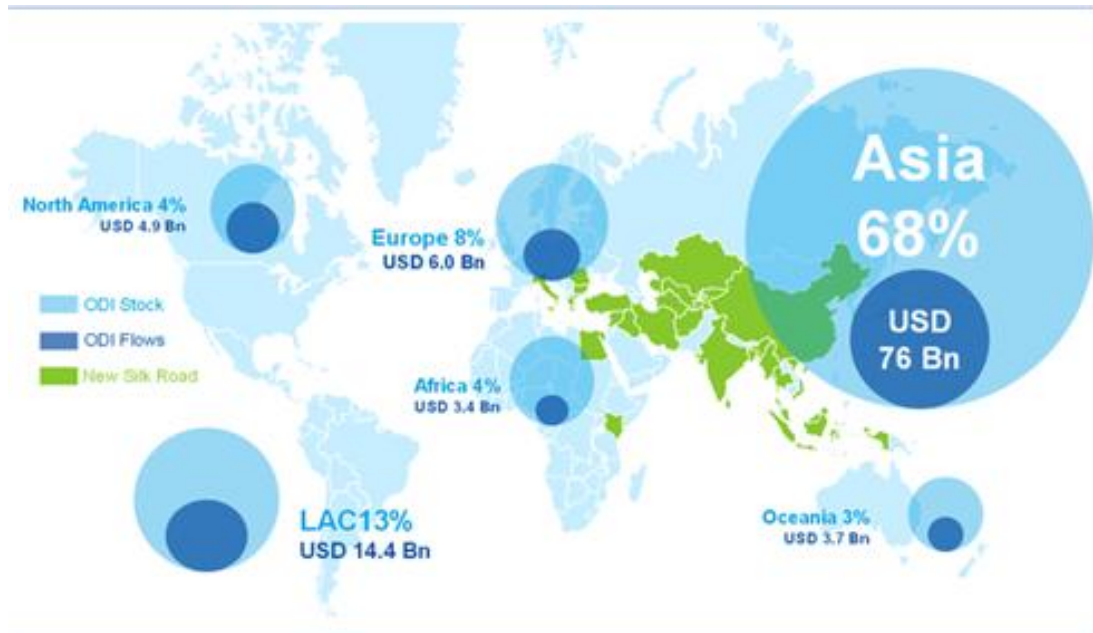
Certamente, o NBD representa um benefício de posicionamento da China no sistema. Sendo a China uma âncora do Banco, estaria em condições de desafiar o FMI e o Banco Mundial, além de poder fazê-lo em relação ao Banco Asiático de Desenvolvimento, contraposição ainda mais estratégica para os chineses (THAKUR, 2014). A influência da China sobre o NBD tem duas implicações, a primeira diz respeito à participação de aliados chineses no NBD, potenciais beneficiários desses recursos, e a segunda prevê que a ajuda do NBD será amarrada a uma condicionalidade mínima que reflitam considerações chinesas.

O analista Chen (2014), porém, adverte para um comportamento mais temperado da China de forma a não assustar ou ameaçar outros atores. Nesse sentido, o autor acredita que a China será cautelosa em utilizar o NBD como plataforma para tirar vantagens de seus interesses econômicos e não imporá inflexivelmente suas regras. Ao contrário, os chineses, promoverão a igualdade para que os demais países também alcancem seus objetivos de desenvolvimento.

Enfim, é preciso prestar atenção na China como um ator que vem se posicionando no sistema internacional, ampliando seu papel de financiador no mundo, e pode buscar modificar padrões financeiros. Somente na América Latina entre 2005 e 2012, o fomento chinês ultrapassou US\$ 86 bilhões, montante maior do que o investido pelo Banco Mundial, Eximbank dos EUA e Banco Inter-americano de Desenvolvimento (PAUTASSO, 2015). Verdadeiramente, a China está se convertendo no maior provedor de investimentos externos diretos (IEDs) do mundo, muito devido à atuação de suas empresas estatais, defensoras dos interesses governamentais (SANTOS; MILAN, 2014 *apud* PAUTASSO, 2015).

O gráfico 1 LOCALIZA a presença dos investimentos externos diretos da China ao redor do mundo.

Gráfico 1: Distribuição dos fluxos de investimentos externos direto e estoques em 2013



Fonte: Ministério do Comércio da RPC, *apud* García-Herrero (2015)

Segundo Pautasso (2015, p. 15-16), a China desponta no sistema financeiro internacional pelas grandes reservas internacionais que detém; pela importância que seus bancos logram no cenário global, já que hoje possui quatro dos dez mais importantes bancos do mundo: *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*, *China Construction Bank*, *Bank of China* e o *Agricultural Bank of China*; e tem atuado fortemente na criação e funcionamento dos bancos de desenvolvimento como o *China Development Bank*, o *China-Africa Development Bank*, o *Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD)* e o recente Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

Em suma, a análise feita sobre a atividade da China nas finanças globais e, principalmente, sobre o envolvimento chinês no NBD, AIIB, e também no novo Fundo para Rota da Seda, sugere que estas estruturas poderão servir para projetar a liderança regional e global da China (PAUTASSO, 2015). Interessante notar que os dois bancos complementam o interesse chinês de avançar em novos sistemas de governança na economia mundial. Enquanto o AIIB tem um propósito muito mais regional, o NBD é uma frente dirigida ao globo. Entretanto, a contribuição chinesa para o AIIB é de US\$100 bilhões e no Fundo da Rota da seda é de US\$ 40 bilhões, frente à fração a ser contribuída pelos chineses dentro do total de US\$ 50 bilhões iniciais determinados para o NBD.

Em suma, essas novas instituições implicam num papel de evidência da China. Toda essa potencialidade chinesa, entretanto, deve estar mais contida no NBD pela razão da divisão de recursos terem sido feitas igualmente entre os cinco BRICS. Inclusive, a influência

limitada da China no NBD devido ao peso igual na votação entre os países parte, segundo Reisen (2014), pode ser razão para o empenho dos chineses no lançamento do Banco de Investimento de Infraestrutura Asiático, como outra estrutura que lhes abra mais margem de atuação.

Concluindo, Biswas (2015) entende que com todas essas iniciativas financeiras em paralelo – e sendo fonte elementar de capital para estas – a China começa, então, a exercer liderança mais significativa no desenvolvimento global, “recognising that such initiatives will strengthen its political and economic ties with other developing nations” (BIWAS, 2015, p.8). Mais ainda, este país poderá contrabalancear o peso do Ocidente com sua participação nas novas instituições, provocando, de fato, uma reconfiguração na arquitetura financeira internacional.

3. O FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

3.1 – Panorama teórico-histórico do financiamento para desenvolvimento

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento se circunscreve no sistema financeiro internacional juntamente com outros bancos de desenvolvimento regionais ou multilaterais que também respondem ao propósito de fomento e assistência para o desenvolvimento. Para entender, então, o lugar a ser ocupado por tal estrutura dentro do ambiente financeiro, é preciso recuperar o contexto do financiamento para o desenvolvimento.

Kraychete (2012) enfatiza que a história nos leva ao início da constituição do Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com o advento do Plano Marshall, em 1948, destinado à reconstrução da Europa. O prosseguimento desta perspectiva foi dado com iniciativas de assistências técnicas, a exemplo da Aliança para o Progresso na América Latina e também da própria institucionalização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os debates sobre desenvolvimento evoluem e se centram na necessidade de melhoria das condições de vida da população com um entendimento de acesso aos benefícios do crescimento econômico a partir de princípios liberais de direitos, liberdade e justiça. A publicação do relatório *Human Development Report* de 1991 (UNDP, 1991) definia que o objetivo do desenvolvimento humano consiste no aumento das possibilidades de escolha de modo a tornar o desenvolvimento mais democrático e participativo. Nesse propósito também as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, presentes na agenda pós-2015 lançada pela ONU como propostas que guiarão o desenvolvimento no globo, sintonizam os esforços globais de cooperação.

Dessa maneira, a ideia de benefícios do desenvolvimento remonta ao pós Segunda Guerra Mundial. À época, o sistema financeiro sofria de falta de liquidez, pois havia o chamado “dollar shortage” e, ademais, os tempos eram de devastação e necessidade de recuperação da saúde econômica dos países, em especial, europeus. Para tanto, parecia ser de extrema importância a oferta de empréstimos internacionais. Nesse sentido, instalou-se a estratégia de crescimento da ordem econômica de Bretton Woods, fundamentada no papel do sistema financeiro internacional, o qual tinha como cerne a provisão de capital para o investimento e o desenvolvimento econômico dos Estados.

A criação do Plano Marshall foi um importante instrumento para promoção do capital na Europa e também para reconstrução das atividades econômicas internacionais. Tendo o

Plano Marshall solucionado o problema da escassez de dólar, reaqueriam-se as engrenagens do comércio. O comércio e a exportação foram retomados concomitantes à superação dos US\$2 bilhões que compunham o fluxo de capitais privados dos EUA (SATO, 2012, p.132).

Com a associação de planejamento econômico por parte dos governos com recursos financeiros vindos do exterior (ajuda ao desenvolvimento), a dinâmica da estratégia de crescimento estava centrada no Estado e nos fluxos financeiros, diferentemente da ordem do século XIX que se assentava no mercado e no comércio. O crescimento, então, poderia ser estimulado pela geração de externalidades positivas, as quais eram geradas por instituições internacionais (por exemplo, USAID, BID, ODA), que passaram a prover bens públicos de estabilidade, liquidez e crescimento. Isso demonstra como o sistema financeiro passou a ter papel fundamental na estratégia de crescimento dessa nova ordem, pois seria ele quem levaria capital para o investimento e o desenvolvimento econômico dos Estados. O fluxo de capitais deveria estimular a demanda, impulsionar o comércio, promover o pleno emprego e difundir o crescimento na economia internacional.

O planejamento para o desenvolvimento foi transformado em uma atividade em escala mundial dentro de uma rede de instituições financeiras e de fomento estruturadas para concretizar percepções de objetivos de desenvolvimento nos países periféricos. “A partir dos anos de 1950, uma crescente quantidade de estudiosos passou a suprir as atividades de planejamento econômico com uma enorme variedade de abordagens, que colocavam em destaque a necessidade dos capitais externos nos países pobres” (SATO, 2012, p. 133).

Um dos trabalhos influentes nesse sentido foi o de Rostow (1961). Em seu livro “Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não comunista)”, ele defende o argumento da linearidade do desenvolvimento ao propor etapas pelas quais todas as sociedades deveriam passar rumo ao consumo em massa. A primeira etapa dizia respeito à sociedade tradicional, com baixa capacidade de expansão, baixa produtividade e predomínio de produção e exportação de bens primários. A segunda etapa se manifesta pelo alcance das pré-condições para a “decolagem” econômica, quando a sociedade passa a ser mais moderna e dinâmica. Na terceira etapa, a sociedade “decola”, ultrapassando obstruções ao desenvolvimento. A quarta etapa diz respeito ao crescimento sustentado: a situação de progresso é contínua e a tecnologia caracteriza as atividades econômicas do país. Além disso, haveria maior variedade nas exportações e substituição de importações. A quinta e última etapa indica que a renda real foi elevada e é chegada a era do consumo em massa, com ampla

variedade de bens, maior urbanização e demanda por maior especialização no mercado de trabalho.

A ajuda internacional passou por mudanças significativas, seja em seu formato ou propósito. Nas décadas de 1950 e 60, os doadores focavam no financiamento de projetos de investimentos apropriados para promoverem crescimento ao longo prazo em países em desenvolvimento. Em 1970, as doações se direcionavam ao alívio da pobreza. Já na década de 1980, com a crise do petróleo³ e o grande endividamento das economias em desenvolvimento, a ajuda foi direcionada para satisfazer imediatamente as necessidades de reequilíbrio da balança de pagamentos (KRIEGER, 1993, p. 309-310).

Meier (1995, p. 215) explica que, no intento de entender a necessidade do financiamento externo, é preciso reconhecer a existência da íntima relação entre recursos nacionais e balanço de pagamentos. Quando há desequilíbrio interno entre gastos nacionais e reservas nacionais, haverá desequilíbrio do balanço de pagamentos. Ou seja, quando um país gasta mais do que arrecada, forma-se uma lacuna de recursos (*resources gap*).

Uma forma de preencher tais lacunas de recursos seria por meio de recursos financeiros. Para um país em desenvolvimento, os recursos podem ser externos como a ajuda externa entre governos, empréstimos de bancos comerciais ou do Banco Mundial. Sendo assim, as finanças externas aumentam o potencial de que um país tenha investimentos e possa crescer. Meier (1995) ainda reitera que a essência da ajuda financeira é a provisão de recursos adicionais, com a ressalva de que a assistência deve adicionar e não substituir os esforços próprios do país em desenvolvimento. Interferências complementárias e imposição de condicionalidades que mexam nas estruturas internas dos países podem, inclusive, limitar a efetividade da ajuda.

3.2 – O que são Bancos de Desenvolvimento?

Uma vez melhor compreendido o surgimento da ideia de desenvolvimento como estratégia para recuperação econômica, desde o fim da Segunda Guerra, é relevante focar na criação e papel atribuído aos bancos de desenvolvimento nesse contexto.

³ A crise do petróleo causou uma série de consequências que intensificaram a insatisfação em relação à profunda clivagem econômica entre Norte e Sul que se conformava no panorama da época. A crise em 1979 foi responsável por engendrar uma explosão de liquidez internacional e transferência de riqueza dos países em desenvolvimento para os centros econômicos mais industrializados, dado que os investimentos fugiram de mercados menos confiáveis. A crise também colocou em funcionamento o sistema de euromedas como instrumento de reciclagem dos saldos de petróleo para o “terceiro mundo”, um dos elementos determinantes para o grande endividamento dos países em desenvolvimento e inflação (SATO, 2012, p. 147-165).

Aghion (1999, p.83) define bancos de desenvolvimento como “government-sponsored financial institutions concerned primarily with the provision of long-term capital to industry”. A partir dessa definição, Lazzarini, et al (2011, p. 8) inferem dois aspectos marcantes de instituições desta estirpe: o status de pertencimento ao estado e a presença de uma ênfase em resolver as falhas do mercado de crédito, principalmente, no que tange projetos de longa duração. O fato é que no mercado financeiro, investimentos de maior risco encontram maior relutância na oferta de crédito. Sem a participação pública, resta apenas para os bancos privados apreciarem projetos de desenvolvimento, conseqüentemente, muitos projetos de alto custo deixam de ser financiados. Gerschenkron (1962 *apud* LAZZARINI; et al 2011, p.8) aponta que sem a participação pública, a falta de confiança entre credores e devedores inibe o aprofundamento dos mercados de crédito.

Lazzarini, et al (2011) também contribuem ao fazer um apanhado histórico do início da prática de bancos para desenvolvimento. Fala-se de instituições com tal finalidade já no século XIX, com a criação da *Société Général pour Favoriser l’Industri National in the Netherlands* (1822). Alguns anos depois, surgiu o grupo de instituições francesas composto por *Crédit Foncier, Comptoir d’Escompte, and Crédit Mobilier* (1848-1852). Foi, porém, o advento das duas grandes guerras que engendrou intervenções estatais para a recuperação dos mercados privados, onde se expandiu a ideia e a essencialidade dos bancos de desenvolvimento. Nesse cenário, nasceram os bancos de desenvolvimento como o KfW (Kredintaltanltfur Weidarufban) da Alemanha, e o Banco de Desenvolvimento do Japão (JDB).

Nos países em desenvolvimento, durante a década de 50, circulou a ideia de que a falta de industrialização os condicionavam à maior dependência em relação à produção e a exportação de *commodities* (FURTADO, 1959; HIRSCHMAN, 1958; PREBISCH, 1950). Concepções políticas desenvolvimentistas, nessa altura, menos liberais, atribuíam ao estado a responsabilidade e controle da indução ao crescimento econômico. Assim, uma das atividades estatais estratégicas para tal fim seria o provimento de crédito, um importante instrumento na produção de maior valor agregado e no apoio à expansão da capacidade produtiva já instalada.

Nesse sentido, Amsden (2001) comenta a importância de bancos de desenvolvimento em economias de industrialização tardia. Segundo o autor, a instrumentalidade de tais instituições se revela não apenas no provimento de crédito, mas também na seleção de bons projetos privados, no estabelecimento de metas de desempenho bem definidos e no, subseqüente, monitoramento da execução dos investimentos.

Com a deflagração da crise de 2008, os bancos de desenvolvimento tiveram suas funções ainda mais valorizadas para o desenvolvimento da economia à medida que muitos empenharam esforços anticíclicos⁴ para contenção dos efeitos da crise. Aghion (1999) já dizia que em tempos de restrição de capital, tais bancos podem aliviar a escassez e promover mais ações empresariais que impulsionem a indústria. Isto é, ao emprestar dinheiro, os bancos não só ajudariam a realização de grandes projetos de infraestrutura, como também injetariam recursos nas companhias que não poderiam empreender grandes projetos sem o financiamento subsidiado. Tais instituições, nesse objetivo, podem ainda fixar condicionalidades nos empréstimos que venham refletir em melhorias operacionais e na obtenção de metas de desempenho nas companhias destinatárias de crédito (AMSDEN, 2001).

Seguindo, Culpeper, Griffith-Jones e Titelman (2015) definem quatro funções dos bancos nacionais, regionais e multilaterais de desenvolvimento. Como já comentado, a primeira função remete à provisão de financiamento anticíclico, a fim de que se sustente o apoio aos investimentos. A segunda função evidencia o respaldo às estratégias nacionais de desenvolvimento no longo prazo. Estes bancos são importantes para mobilizar recursos, ampliando-os, inclusive, pela combinação de empréstimos e subvenções (ajuda financeira do governo). Por último, estes bancos servem para prover bens públicos.

Interessante notar que os bancos nacionais de desenvolvimento priorizam as estratégias nacionais de desenvolvimento, focando em setores cotados como fundamentais para o cumprimento de metas nacionais de crescimento econômico e de geração de empregos. Há, portanto, uma forte vertente de utilidade social nessas estruturas (CULPEPER; GRIFFITH-JONES; TITELMAN, 2015, p. 264).

Os autores ainda comentam que os bancos regionais, nacionais e multilaterais de desenvolvimento atuam com mandatos similares. Desta forma, os bancos podem aproveitar a complementaridade de seus trabalhos. Um dos papéis centrais dos bancos regionais e multilaterais é a possibilidade de financiamento com prazos mais longos. Por isso, ao longo de sua história, esses bancos abastecem fundos dos governos para construção de infraestruturas, desenvolvimento na agricultura e de recursos naturais e também para manufaturas (CULPEPER; GRIFFITH-JONES; TITELMAN, 2015). E quando há falhas na coordenação de investimentos em infraestrutura ou quando o nível de risco afugenta

⁴ Os esforços anticíclicos se referem a políticas que manipulam o momento e alguns resultados de fases do ciclo econômico (KRIEGER, 1993, p. 711). O objetivo é mitigar, impedir ou sobrepujar os períodos de recessão (pontos baixos do ciclo), uma vez que pelo entendimento de ciclos, a economia sofre flutuações, isto é, alternância entre momentos de ascensão e de recessão.

investidores, os bancos de desenvolvimento podem ser fundamentais para reunir novas fontes de investimento, assim como de credores privados para satisfazer as necessidades de financiamento de obras (SPRATT; GRIFFITH-JONES; OCAMPO 2013). Sendo assim, estes bancos servem também para aumentar a quantidade de fundos, ao ampliar a coleta de mercados de capitais, inclusive, por meio do cofinanciamento com bancos privados.

3.3 – Ampliação da agenda de cooperação financeira e o NBD nesse cenário

Alonso (2015, p. 161) destaca que a agenda para o desenvolvimento foi largamente ampliada e que, como consequência do maior nível de interdependência entre os países, foi expandido o âmbito de bens públicos regionais e globais. Portanto, a provisão de tais bens é crucial para a promoção do progresso, redução da instabilidade e dos riscos. Não só a agenda foi ampliada, mas também a heterogeneidade que compõe a realidade internacional, hoje mais complexa e multipolar. Nesse sentido, surgem os países emergentes na agenda de provisão de bens públicos como meio de busca por protagonismo no cenário internacional. Alonso (2015) avalia que os doadores emergentes

no sólo amplían con su contribución los recursos destinados a la cooperación para el desarrollo a escala global, sino también fortalecen la capacidad de negociación de los países receptores al ampliar el número de sus proveedores de cooperación. Los nuevos donantes ponen bajo presión competitiva a los miembros del CAD, aplicando nuevos estilos (menos intrusivos y más resolutos) de relación entre los países, al tiempo que otorgan mayor atención a áreas – como las de infraestructuras o las capacidades productivas– que los donantes tradicionales habían largamente ignorado en las décadas previas. (ALONSO, 2015, p.163)

O Banco Mundial (2011, *apud* ALONSO, 2015) cotou que os fluxos comerciais entre países emergentes e países em desenvolvimento cresceram de 26% em 1995 para 42% em 2010. Nesse âmbito, Alonso argumenta que houve grande expansão dos intercâmbios entre tais países. Logra-se, portanto, um aprofundamento das relações Sul-Sul. Maihold (2014 *apud* SCHABLITZKI, 2014, p.6) adiciona, nesse sentido, que os BRICS podem usar o Novo Banco para se multilateralizarem, com isso os países legitimarão seus interesses nacionais através do fortalecimento dos laços Sul-Sul no comércio, investimento e desenvolvimento.

Milani e Duarte (2015, p. 54-56) corroboram com a percepção de pluralidade, dizendo que, em decorrência dessa natureza, a cooperação internacional para o desenvolvimento se torna menos densa institucionalmente. A possibilidade de criação de instituições cria um ambiente fértil para que novos atores busquem protagonismo; defendam novos modelos de desenvolvimento; contestem as instituições e poder decisórios atuais e usem a cooperação como instrumento de política externa.

Transpondo essa perspectiva para o desempenho dos BRICS, grupo composto por países emergentes, Stuenkel (2013) entende que os primeiros arranjos entre os BRICS para estreitamento de laços comerciais sem a utilização da moeda norte-americana, apontavam para uma cooperação na área das finanças internacionais. Tais arranjos, discutidos nas reuniões de São Paulo em 2008 e Horsham, em 2009, foram importantes para a construção da confiança entre os BRICS.

A confiança gerou um efeito de *spillover* que viabilizou maior interação entre os referidos atores em mais áreas, assim Stuenkel (2013) retoma o conceito de *spillover* como uma justificativa para o crescimento da cooperação intra-BRICS. O autor compreende que, no caso dos BRICS, o aumento da confiança entre os governos, advindo de uma experiência positiva em uma área, os levaria a aprofundar as atividades de cooperação em diversas frentes. Isto resultou no fortalecimento da cooperação Sul-Sul nas agendas dos cinco países.

A cooperação Sul-Sul vai ao encontro das necessidades de criação de dinâmicas próprias dos PEDs para a ajuda. Almejam, com isso, o crescimento econômico e o desenvolvimento de várias dimensões em tais sociedades – conforme explicitado por Chaturvedi (2012): “There is a correspondingly great scrutiny of the means whereby development aid can contribute to economic development empowerment and sustainability” (CHATURVEDI, 2012, p. 15). O engajamento do tipo Sul-Sul ainda apresenta a dimensão horizontal, contrastante com a lógica vertical atribuída às atividades dos países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD-OCDE).

O Novo Banco de Desenvolvimento é fruto, portanto, da cooperação de países emergentes constituintes do Sul global. Diante de todo o *background* da proposta constituidora da cooperação Sul-Sul, é passível de discussão como a instituição financeira criada se portará para não repetir o relacionamento verticalizado das outras instituições já conhecidas. Em publicação do *BRICS Policy Center*, Schablitzki (2014) acredita que o Novo Banco conseguirá construir alternativa ao atual paradigma de desenvolvimento ao incluir os princípios Sul-Sul de parceria para desenvolvimento.

Então, a cooperação Sul-Sul incorpora novos elementos dentro do sistema de cooperação. Isso se dá mediante a promoção de relações mais horizontais, em que se compartilham conhecimentos de experiências acumuladas com outros países – evidenciando o valor da cooperação técnica – e, também, pela entrada de doadores novos (além dos tradicionais participantes do CAD) no sistema internacional de cooperação para o

desenvolvimento, que estende a noção de compartilhamento de responsabilidade na agenda do desenvolvimento (ALONSO, 2015, p. 195).

Stuenkel (2013) também argumenta que a crise de 2008, ao causar turbulência no sistema financeiro internacional, engendrou cooperação entre os emergentes no contexto dos BRICS. Uma declaração do presidente Lula sustenta essa leitura ao afirmar, após reunião dos BRIC em 2008, que a crise oferecia oportunidade aos poderes emergentes para fortalecerem a cooperação entre si, bem como as suas posições nas relações internacionais (AGÊNCIA BRASIL, 2008). Para Stuenkel, a redução da legitimidade da governança global – até sendo decorrente de crises de curto prazo – pode ser suficiente para o surgimento de alternativas no cenário internacional.

Com isso, crises futuras podem ainda abrir maiores precedente que levem a alterações adicionais e profundas dentro de uma governança global estremecida em sua legitimidade. O autor lança seu segundo argumento a fim de encontrar a gênese da cooperação intra-BRICS, o qual consiste em: setor de finanças internacionais como um ponto de partida para uma cooperação mais abrangente dos cinco países em outras áreas, tendo em vista a ocorrência de *spillovers* da institucionalização da cooperação (a exemplo do NBD e ACR).

É relevante adicionar que a conjuntura na qual se insere o Novo Banco de Desenvolvimento pode ser entendida pela avaliação de que há ainda uma expressiva lacuna de capital para a realização de projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial, por exemplo, estima que apenas a Ásia requeira US\$2,5 trilhões nos próximos dez anos, enquanto os países dos BRICS deverão precisar US\$ 4.5 trilhões nos próximos cinco anos para desenvolvimento de infraestrutura (BARONE; SPRATT, 2015, p.10).

Bhattacharya, Romani e Stern (2012) detectaram a falta de US\$1 trilhão anual para países desenvolvidos e emergentes nas áreas de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável. Griffith-Jones (2015) lembra, igualmente, que a persistência desse enorme déficit implicará em grande parte da população vivendo ainda sem eletricidade e água potável, além de permanência do atrofamento do desenvolvimento de energia renovável.

Avaliações mostram que os recursos separados para o NBD não são fortemente expressivos diante de tamanhas necessidades do mundo em desenvolvimento, ainda que o capital cresça para US\$100 bilhões com injeções de recursos de estados ou instituições fora dos BRICS. Em comparação, o Banco Mundial possui US\$223 bilhões de crédito disponível, o Banco Asiático de Desenvolvimento, US\$162 bilhões; ou seja, o capital adicionado pelo

NBD representaria pouco no preenchimento da lacuna financeira global atual (SPRATT, 2014).

Por que, então, criar um banco que pouco transformará o cenário financeiro global? Se a razão mais contundente se resumir a financiamentos de projetos, é possível questionar também por que não financiá-los bilateralmente. Deve-se lembrar de que já existiam acordo e arranjos internacionais como o que trata do câmbio (*currency swap*) entre Brasil e China; casos de empréstimos como o do Banco Chinês de Desenvolvimento para a realização do projeto da Trasnet (conexão de 28.400km de fios de alta tecnologia para telecomunicação entre os BRICS) na África do Sul; o crescimento da cooperação entre China e Índia em assuntos de segurança, bem como o envolvimento da Índia e do *BRICS Business Council* no Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento estabelecido pelos chineses (BARONE; SPRATT, 2015, p.12).

Em resposta a tais indagações, Barone e Spratt (2015) cotam dois interesses para os BRICS terem criado o NBD em detrimento dos financiamentos bilaterais. O primeiro remonta à necessidade de “pool risk”⁵ com vistas a limitar custos de reputação. E, em segundo lugar, para intensificar a legitimidade das operações sob o guarda-chuva da cooperação Sul-Sul. Por exemplo, com o advento do NBD, a China almeja conseguir aumentar seus investimentos em terras africanas e em minas de bauxita na Bolívia (BARONE E SPRATT, 2015, p.12).

⁵ A atividade de *Pool risk* diz respeito à separação de fundos em uma determinada conta para serem utilizados em momentos de urgência, ou em situações não previsíveis que exigem recursos imediatos, como desastres naturais (BUSINESS DICTIONARY).

4. EXPERIÊNCIAS NACIONAIS DOS BRICS COM COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO

4.1 – Visão de cooperação para desenvolvimento dos BRICS

Resta, então, acompanhar como o NBD se desenvolverá, como sua estrutura será composta e de que modo se conciliarão a visão de cooperação para desenvolvimento dos BRICS. Por isso, um olhar atento às instituições de financiamento para desenvolvimento dentro de cada país membro do grupo pode indicar os pontos em comum, as experiências obtidas, estratégias, modelos de operação, focos de mercado para, assim, dar base a uma discussão mais acurada da formação do NBD.

Os BRICS podem somar ao cenário financeiro global a partir da provisão de créditos de ajuda ligados aos empréstimos de recursos para infraestrutura. Uma vez que o Banco Mundial e o FMI tendem a oferecer condições mais duras nos financiamentos que provêm. O FMI, por exemplo, prescreve políticas econômicas a serem seguidas pelo país receptor do crédito. É possível, porém, que o Banco dos BRICS não se abstenha de cobrar condicionalidades em seus empréstimos, até porque muitos dos países destinatários estão em desenvolvimento e ainda são suscetíveis a variações que podem gerar grandes instabilidades econômicas, o que resulta no aumento do risco do pagamento dos créditos à instituição do acrônimo. De toda maneira, o fundamental é aludir o NBD como alternativa às possibilidades de financiamento.

Na compreensão da postura dos BRICS sobre cooperação, Barone e Spratt (2015, p. 14) enxergam que os BRICS logram uma visão compartilhada sobre assistência para o desenvolvimento, sintetizada em cinco pontos:

1. BRICS tend to focus mostly on the region in their immediate vicinity.
2. They have a principle of ‘non-interference’ in the recipient country’s affairs and so no conditionality – political, social or environmental – is attached to lending.
3. Development assistance provided is often strongly connected to access to strategic resources or tied to commercial agreements for domestic companies from the donor country.
4. The BRICS engage in South–South cooperation to promote cooperation on an equal footing, which can take the form of exchange of practitioners and providing training, as well as provision of funds at non-concessional rates.
5. Development cooperation encompasses trade, aid and investments.

No quadro 1 é possível ver de modo mais claro como cada país dos BRICS define seus objetivos e princípios para a cooperação para o desenvolvimento, bem como os setores

receptores, os instrumentos a serem utilizados e a autoridade governamental responsável por cuidar dessa vertente.

Quadro 1: Princípios de cooperação para desenvolvimento expressos pelos respectivos governos dos BRICS

	Objectives	Principles	Instruments	Sector	Ministry responsible
China	Political influence in Asia Economic interest in Africa	Win-win cooperation Non-interference	Tied aid	Infrastructure development More recently capacity building and social development	Commerce
India	Geopolitical influence Asia focus, political stability Economic interest in Africa	Fair relationship	Tied aid Technical assistance	Access to markets and energy Health and education (secondary) In Africa training and purchase of own products Competing with China on natural resources	Foreign Affairs
Brazil	Latin America Portuguese Africa Political and economic interests	Horizontal cooperation	Technical assistance	Varied	Foreign Affairs
South Africa	Africa, mainly SADC Political interest	African renaissance		Defence, security and education	Foreign Affairs

Fonte: Cirera (2013, *apud* BARONE, SPRATT, 2015, p. 12)

Ao analisar as perspectivas da atuação do Novo Banco, Schablitzki (2014, p. 7) arrisca-se ao traçar tendências para o funcionamento da estrutura. O autor diz que, ao mesmo tempo em que se espera a rejeição dos BRICS ao Consenso de Washington e ao paradigma neoliberal, é muito improvável que o NBD se afaste muito da abordagem da OCDE em termos de medir o desenvolvimento com os coeficientes de PIB como crescimento macroeconômico.

Mesmo assim, já se vislumbra uma redução da política baseada no valor de condicionalidade. Mwase e Yang, (2012 *apud* SCHABLITZKI, 2014, p.8) reiteram que os países dos BRICS lançam mão de uma compreensão estrita acerca da soberania nacional, e que isso acaba por refletir na fraca presença de condicionalidades nos procedimentos de empréstimos destes países. Portanto, é muito provável que o NBD não estabeleça condições de empréstimos baseados em indicadores como boa governança, direitos humanos, corrupção.

O fator a favor do NBD, que pode potencializar a tentativa de alcançar um lugar de destaque na arquitetura internacional financeira, é a junção de *expertise* de cada país membro do grupo. Os BRICS possuem suas próprias experiências nas áreas de saúde, educação,

urbanização, agricultura, transformação industrial e questões ambientais domesticamente. Além da atuação de seus próprios bancos de desenvolvimento, o que pode influenciar na constituição da governança do NBD (SCHABLITZKI, 2014).

Schablitzki (2014) alerta, porém, que não será apenas a *expertise* nacional a influenciar a governança do Novo Banco, mas também é provável que haja cooperação com o Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento regionais. Isto porque o estoque de capital do NBD começará limitado. Esta estrutura poderá, então, entrar como cofinanciadora de projetos, juntamente com outras instituições financeiras internacionais (IFIs) para assegurar seu estabelecimento no mercado.

Particularmente, o Brasil aumentou na primeira década do século XXI seus esforços de cooperação internacional, de modo tal que o país assumiu papel de destaque no sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento. As ajudas oriundas do governo brasileiro se destinaram, principalmente, a países menos desenvolvidos, e se trataram, sobretudo, de cooperação técnica.

No período do governo Lula, houve grande engajamento da política externa brasileira nesse sentido. Buscava-se o posicionamento do Brasil no cenário internacional como país ativo e ativo, capaz de assumir novas responsabilidades (LESSA, 2010). América Latina e África, dentro desta, em especial, os países da CPLP, são os maiores destinatários da ajuda brasileira. Entre os exemplos de projetos desenvolvidos, tem-se o Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial em Angola e o programa Bolsa Escola levado à Moçambique (ABC, 2005). Vale ressaltar as enormes proporções de programas de educação, saúde, agricultura e desenvolvimento social no Haiti a partir de 2010.

Os termos de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) cumprem o papel da dimensão desenvolvimentista do Brasil, sendo o único banco com recursos para oferecer créditos de médio e longo prazo para a indústria privada. A partir da década de 2000, o BNDES se estendeu a operações internacionais, em alinhamento a política do governo de aumentar a internacionalização dos campeões nacionais⁶ (SANTOS, 2014). Mais de um terço dos recursos de financiamento do BNDES vão para o setor de

⁶Nos últimos anos o BNDES adotou política de apoio e internacionalização de campeões nacionais. Primeiramente, campeões nacionais são nomes atribuídos a grandes empresas brasileiras de setores estratégicos da economia brasileira e com grande potencial de expansão internacional. Essa política consiste no financiamento para desenvolvimento de infraestrutura, passando pela energia e logística e também incentivando a indústria petroquímica nacional (BARONE; SPRATT, 2015). Sendo assim, o BNDES criou operações para favorecer grupos específicos, imprimindo, assim, participação decisiva e influente do estado nos processos de expansão e/ou internacionalização dessas companhias (ALMEIDA, 2010)

infraestrutura, principalmente eletricidade e transporte ligada à indústria agrícola do país (BARONE; SPRATT, 2015).

Já na Rússia, é possível falar da continuidade de conhecimentos e práticas de cooperação, heranças da União Soviética. Por causa da polarização da Guerra Fria, a cooperação se pautava como estratégia de estabelecer influência. Então, a assistência para o desenvolvimento ganhou proeminência, pois promovia os interesses de política externa e também aumentava a influência política e econômica nos países receptores. Em 1986, a URSS dispunha de US\$26 bilhões para a ajuda externa (BREZHNEVA; UKHOVA, 2013 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). No entanto, na década de 1990, com o colapso soviético, a Rússia, de doadora, passou a ser predominantemente receptora.

Barone e Spratt (2014) apontam a reemergência da atividade de cooperação na Rússia em 2004, quando o país passou a alocar fundos do orçamento federal para cooperação depois da assinatura da Declaração de Paris sobre a Efetividade da Ajuda ao Desenvolvimento. Os autores ainda dizem que o entendimento de cooperação na ótica russa corresponde a: (i) construir laços com países vizinhos, (ii) estabilizar a região e (iii) promover a integração do capital russo, bens e trabalho em países receptores.

Portanto, ficam patentes os interesses políticos e econômicos que a Rússia deseja empreender através de suas iniciativas de cooperação. Por último, se faz pertinente comentar que em sinal de desaprovação da comunidade internacional pela recente anexação da Crimeia, a Rússia sofreu várias sanções. Como consequência, por exemplo, o Banco de Desenvolvimento da Rússia (VEB) teve seu acesso a capitais restringido pelos EUA. A partir disso, é possível compreender o sentido estratégico do estreitamento das relações russas com os BRICS.

Os princípios norteadores da cooperação indiana podem ser encontrados no Acordo de Panchseel, de 1954, entre Índia e China, que consistem em (i) respeito mútuo à integridade e à soberania de cada território, (ii) não-agressão mútua, (iii) não-interferência mútua, (iv) igualdade e benefício mútuo e (v) coexistência pacífica (OCDE, 2012). Seguindo os pilares do Movimento dos Não-Alinhados, os indianos promovem a cooperação e parceria com países do terceiro mundo almejando o benefício mútuo e autodeterminação (ESTEVEES *et al*, 2011).

A Índia leva em conta o objetivo de gerar autodesenvolvimento com a cooperação Sul-Sul, ou seja, seu engajamento está conectado às necessidades do país em angariar investimentos e aumentar o seu leque de parceiros comerciais. A cooperação para desenvolvimento é deflagrada por três instituições distintas – o Ministério de Relações

Exteriores, o Ministério de Finanças e o Banco Exim (exportação-importação) indiano (BARONE; SPRATT, 2015). Ademais, os projetos mais recorrentes no âmbito de cooperação Indiana são de ordem técnica e econômica empreendidos pelos auspícios do *Indian Technical and Economic Cooperation* (ITEC), fundado em 1964, para capacitar e empoderar países em desenvolvimento (ESTEVEVES *et al*, 2011).

Já na China, os projetos mais desenvolvidos de cooperação são de infraestrutura. Desde a década de 1960 a China lançava mão de cooperação para o desenvolvimento, focando na África para ganhar influência em troca de cooperação econômica. Atualmente, devido o grande crescimento econômico chinês, a sua política de investimentos se direciona a locais que atendam suas necessidades de recursos naturais para a produção interna, bem como acesso a mercados.

As políticas de cooperação são designadas pelo Partido Comunista Chinês no que tange as relações internacionais. A operacionalização da ajuda conta com o Ministério de Comércio da RPC (MOFCOM), o corpo do governo chinês para ajuda ao desenvolvimento, o qual também atua na concessão de empréstimos junto ao Banco Chinês Exim. A agência, MOFCOM, divide-se no Departamento de Cooperação Internacional, que gerencia a ajuda recebida, e no Departamento de Ajuda aos Países Estrangeiros, que supervisiona a ajuda chinesa concedida a outros países (BARONE; SPRATT, 2015).

Em geral, a China baseia sua cooperação nos princípios de igualdade entre os países, benefício mútuo, respeito e não-interferência em assuntos internacionais. Sua cooperação abarca o apoio a investimentos no exterior, preferências comerciais, cancelamentos de dívidas, baixos juros em seus créditos, bolsas de estudos e doações (ALONSO, 2015).

Já a cooperação realizada pela África do Sul é centrada no continente africano e abarca temas de segurança regional e obtenção da estabilidade da África, prioridades maiores da política externa do país. Realiza trabalhos de *peacekeeping*, reconstrução no pós-conflito e assistência humanitária. Antes do fim do *apartheid*, ou seja, até 1994, a cooperação ao desenvolvimento sul-africano assumia valor político para provocar aceitação na comunidade internacional. O Banco de Desenvolvimento da África do Sul ajudava *homelands*, territórios isolados de negros dentro do território do próprio país (BARONE; SPRATT, 2015).

Com o fim do sistema segregacionista, a assistência para o desenvolvimento sul-africana incorporou o ideal de fortalecer as instituições africanas, apoiar a implementação do *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD) e fomentar o diálogo e cooperação em política bilateral e relações socioeconômicas. Ressalta-se, também, que a África do Sul, assim

como os demais componentes dos BRICS, é recipiente de assistência para desenvolvimento. No entanto, desde 2010 esse perfil mostra tendências de redução, ao passo que empréstimos do país para energia limpa e projetos relativos à agenda da mudança climática estão crescendo (BARONE; SPRATT, 2015).

4.2 – Bancos de Desenvolvimento no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS é a primeira alternativa global ao Banco Mundial sob controle de economias emergentes. Entretanto, essa estrutura apenas constituirá uma alternativa ou agregará valor ao já estabelecido aporte de dezessete bancos multilaterais de desenvolvimento, além dos bancos nacionais de desenvolvimento, se for realmente capaz de inovar na delimitação dos seus procedimentos e objetivos para seus empréstimos (REISE, 2013 *apud* SCHABLITZKI, 2014)

Esta seção se dedica ao resgate preliminar de estudos acerca dos bancos nacionais de desenvolvimento dos países membros dos BRICS. Parte-se da premissa de que a identificação de práticas correntes de financiamento internacional por parte desses bancos, nesses países, poderá prever formas de funcionamento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS no futuro. De modo que um dos grandes desafios da referida instituição será conciliar as visões de cooperação para desenvolvimento e o desempenho dos bancos domésticos nos modelos operacionais e estratégias do Novo Banco (OXFAM, 2014, p. 13).

Por esta razão, apresenta-se aqui um breve relato do banco de desenvolvimento de cada país parte do acrônimo, passando especificamente pelos aspectos de setores e áreas geográficas de investimento, missão e objetivos, bem como dos interesses dos países com a oferta de crédito; a presença, ou não, de condicionalidades; e, por fim, como funcionam a estrutura organizacional e as operações externas⁷.

4.2.1 – Brasil - BNDES

No Brasil, o BNDES desempenha o papel do impulsionar o desenvolvimento econômico, com foco na alocação de recursos que gerem aumento do emprego e dos níveis de produtividade do país, através da provisão de crédito. É instrumental para implementar as políticas industriais e de infraestrutura do governo (BNDES, 2013). Como instituição financeira totalmente estatal, é responsável por cerca de 70% dos financiamentos de longo-

⁷ Essa análise simplificada foi, em suma, baseada no trabalho de Barone e Spratt, cujo título é *Development Banks from the BRICS*, publicado em 2015 na coleção *Rising Powers in International Relations*.

prazo no Brasil (BARONE; SPRATT, 2015). O tamanho das operações de crédito do banco se equivale a 5% do PIB brasileiro (MANTEGA, 2005 *apud* BARONE; SPRATT, 2015).

Importante dizer que durante a crise de 2008, o BNDES fez pressões anticíclicas para conter a queda da economia. Ademais, o BNDES é o segundo maior provedor de crédito do mundo, perdendo apenas para o Banco de Desenvolvimento Chinês (BNDES, 2012). O Banco brasileiro empreende a função de corrigir as falhas do mercado doméstico financeiro, pois os juros nacionais são muito altos. Segura-Ubiergo (2012 *apud* BARONE; SPRATT, 2015) elenca a alta de tais juros como fator que constrange o desenvolvimento econômico brasileiro.

O BNDES também atua cooperando com outros atores financeiros, cofinancia projetos junto a doadores multilaterais e é parceiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Banco foi criado em 1952 e tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES.).

Segundo Araujo (2013), a estratégia do Banco de dar suporte aos investimentos externos de companhias brasileiras tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil mediante o alcance de novos mercados e a utilização de novas tecnologias, promovendo o país. Tais esforços foram principalmente direcionados aos campeões nacionais, isto é, às grandes empresas brasileiras com potencial para se tornarem líderes mundiais nos seus setores. Com isso, o BNDES almejou fortalecer os investimentos externos diretos e a exportação de bens industriais e de serviços de engenharia, pesquisa e desenvolvimento.

Os setores focais do banco se concentram em atividades relacionadas ao petróleo e à infraestrutura. Mais recentemente, tem focado também na mineração, nas atividades relativas a *commodities*, alimentação e criação de firmas multinacionais brasileiras (SPINK, 2013 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). Os serviços exportados pelo Brasil, com ajuda do BNDES, se dirigem predominantemente à África e à América Latina. Estes serviços são ligados à construção de hidroelétricas, aquedutos e oleodutos, operações de transporte, metrô, rodovias e ferrovias (SEIBERT, 2011 *apud* BARONE; SPRATT, 2015).

Se áreas geográficas fossem limitadas para a atividade do Banco, destacar-se-iam os países africanos, principalmente aqueles da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na última década de 2000, a atividade do BNDES aumentou no continente africano, estimulando o comércio bilateral. Apenas no ano de 2012, o BNDES emprestou US\$3,2

bilhões para Angola, a fim de progredir com projetos de construção e investir em indústria e agricultura.

Na África, há um elemento importante a se considerar no tocante ao estabelecimento e investimento dos campeões nacionais no continente, caso da vasta presença da Odebrecht em Angola⁸. Stolte (2012 apud BARONE; SPRATT, 2015) esclarece que grande parte das linhas de crédito do Banco para a África subsaariana consistiu em financiamentos de projetos dessa empresa brasileira.

Entretanto, a presença do BNDES na América Latina também é muito extensa. Entre 2001 e 2010, o montante do desembolso do Banco para a América do Sul alcançou US\$ 3,6 bilhões, dos quais 49,2% foram para a Argentina e 19,8% para Venezuela (NIKO 2011, p. 85-86 apud BARONE; SPRATT, 2015). Particularmente, o BNDES atua com grande foco em projetos de energia na região.

A estrutura organizacional do BNDES é dividida em conselho diretor e conselho administrativo, sendo os membros deste último apontados pelo Presidente da República. O sistema do BNDES é composto pelo FINAME (que provê financiamento indireto para a compra de máquinas e equipamentos); pelo BNDESPAR (braço de investimento do Banco); BNDES *Limited* (foca na melhoria da visibilidade do Banco frente à comunidade financeira internacional e dá apoio aos processos de internacionalização das companhias brasileiras); e *EXIM Brazil* (dá suporte à internacionalização e comércio de bens e serviços, com apoio pré e pós-envio).

A aprovação de empréstimos ocorre no Departamento de Prioridades e Planejamentos, onde é verificado se o crédito requerido está de acordo com as prioridades estabelecidas pelo BNDES. Desde 2009, o Banco expandiu suas subsidiárias para o meio internacional, abrindo seu primeiro escritório em Montevideu, Uruguai, e também um escritório de operação autônoma em Londres. Poucos anos depois, em 2013, o BNDES ampliou o escopo de suas atividades na África, para além da já firmada parceria com os países de língua portuguesa, ao inaugurar seu escritório em Johannesburgo (BARONE; SPRATT, 2015, p. 43).

4.2.2 – Rússia - VEB

⁸ A Odebrecht é uma das empresas brasileiras de maior presença em Angola, um país em potencial crescimento, mas com grandes necessidades de investimento em infraestrutura. A construtora brasileira lá se instalou desde o ano de 1984. E desde então, sua atuação no país africano só vem aumentando já que existem 47 projetos da empresa em andamento por lá. As relações políticas amigáveis entre Brasil e Angola garantiram a criação de um ambiente especial de negócios entre os dois países (VILAS-BÓAS, 2011).

As instituições de desenvolvimento da Rússia foram criadas em 1990 para dar suporte financeiro aos projetos tidos como de interesse estratégico nacional. Todas as instituições componentes dessa classe, em 2010 chegaram a agregar capital de US\$ 26,5 bilhões (cerca de 3% do PIB russo), segundo Maidan (2012 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). Porém, o Banco de Desenvolvimento da Rússia (VEB), em especial, provê investimentos e suporte para projetos externos e domésticos que ajudem no impulso à competitividade da economia russa.

O VEB é uma instituição totalmente estatal, que declaradamente não busca lucratividade, mas se destina à promoção de apoio financeiro a setores cujos investimentos tem seus retornos a longo prazo e que representam maiores riscos. Sendo assim, não compete com bancos de investimento privado, pois foca em financiar projetos que não despertariam o interesse de tais investidores.

O objetivo da instituição é fomentar setores específicos de desenvolvimento, como o da indústria *high-tech*, assim como empresas de médio e pequeno porte. É sua função também apoiar exportadores russos em mercados internacionais e trabalhar para aumentar a atratividade da Rússia para investimentos estrangeiros. O mandato do VEB é “to diversify the Russian economy, boost its competitive edge and encourage the inflow of investments” (VEB, s. d.).

Em termos de empréstimos para financiamento, fala-se do montante de US\$ 4,47 bilhões, aproximadamente, sendo que maior parte destinada a projetos de melhoria da eficiência energética. Por outro lado, as operações que visam dar apoio às exportações miram em engenharia aéreo-espacial, eletrônicos, transporte, energia e produtos relativos à indústria de defesa (VEB, 2013 *apud* Barone; Spratt, 2015).

O Banco também atua em cooperação com outras instituições internacionais e instituições de financiamento ao desenvolvimento, por exemplo, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Entretanto, a área de atuação do Banco é bem restrita, resumindo-se, em grande parte, a operações no território da Federação Russa. Barone e Spratt (2015) destacam que apenas três projetos de investimentos foram realizados fora do território russo.

Em termos organizacionais, o Conselho supervisor do VEB deve definir a orientação política do Banco dentro dos parâmetros estabelecidos por lei federal. Portanto, trata das áreas que deverão ter destaque nas atividades da instituição, do orçamento da instituição. O Conselho também regula os relatórios produzidos e aprova auditorias e aprova transações. A sede do VEB é em Moscou, mas o Banco também conta com escritórios representativos em

Londres, Frankfurt, Milão, Paris, Nova York, Pequim, Nova Délhi, Mumbai, Johannesburgo e Zurique (BARONE; SPRATT, 2015, p. 102).

Por fim, as condicionalidades dos financiamentos têm reflexo no caráter, missão e estratégia do Banco. Entendendo que o objetivo é diversificar a economia e fomentar novas áreas de competitividade, setores como de petróleo não são destinatários destes créditos.

4.2.3 – Índia - Exim Bank

Na Índia, o Banco Exim opera nos termos de financiamento para desenvolvimento. A máxima que permeia as atividades do Banco diz respeito a não apenas aumentar as exportações da Índia, mas também a integrar o comércio exterior e os investimentos para o crescimento global (Export-Import Bank of India Act, 1981). A estratégia do Banco Exim é a da promoção dos interesses políticos, econômicos e comerciais do governo indiano (FUCHSAND; VADLAMANNATI, 2013 *apud* BARONE; SPRATT, 2015).

Considerando a estratégia de ajuda indiana relacionada a linhas de crédito, buscam fazer com que as companhias indianas consigam acesso a mercados e espaços para fomentar o investimento indiano. Inclusive, linhas de crédito direcionadas a governos africanos demonstram ter foco em países ricos em petróleo, onde também há interesses comerciais por parte da Índia. Nesses países, as companhias indianas acessaram setores como da informação e tecnologia de informação, comunicação, infraestrutura e agricultura.

Das cento e quarenta linhas de crédito oferecidas pelo Banco Exim a governos estrangeiros e outras entidades financeiras, cem se destinam aos países africanos com foco especial no setor de agricultura (VAIDYANATHAN 2013 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). Na tabela 1 é possível ver o montante alocado pelo Banco em suas linhas de crédito, por região geográfica.

Tabela 2: Distribuição Geográfica nas linhas operativas das linhas de crédito do Banco Exim, Índia, 2005, 2011-2013

	2005	2011*	2012	2013
Total	US\$953m	US\$7,054m	US\$8,160	US\$8,560m
Africa	32%	54%	53%	59%
Asia	42%	43%	42%	36%
Oceania	–	1%	1%	1%
Latin America and Caribbean	21%	1%	2%	2%
Europe and CIS	5%	1%	2%	2%

Fonte: Banco Exim da Índia (2013)

A Índia tem demonstrado interesse no crescimento em potencial do comércio com os países da América Latina e Caribe. Por isso, em 1997 foi lançado um programa de crédito específico do Banco Exim para tal região com o propósito de incentivar exportadores indianos a operarem na América Latina. Além desse continente, há o programa *Focus on Commonwealth of Independent States* (CIS) para o Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão, Rússia, Armênia, Belarus, Geórgia e Moldova (BARONE; SPRATT, 2015).

O Banco opera sem condicionalidades, de modo que os países ficam livres para decidir como utilizar os créditos e quais projetos e modalidades não de financiar. Não há condicionalidades políticas, sociais e de meio-ambiente. No entanto, as linhas de crédito oferecidas são amarradas com a exigência de que 80 a 85% dos bens e serviços utilizados para realização dos projetos financiados advenham de companhias indianas (BARONE; SPRATT, 2015).

O funcionamento do Exim Bank indiano tem como divisão de comando o Conselho de Diretores, controlado pelo governo. O Banco é dividido pelas suas áreas de atuação: Banco Corporativo para financiar programas para as companhias de exportação; *Project/Finance Trade* que provê créditos de produção e envio de exportações e serviços de informação e apoio para a realização de exportação; o setor que gerencia recursos para o *agrobusiness*; e também o setor especializado em pequenas e médias empresas. A sede do Banco fica em Mumbai, e há outros nove escritórios regionais, além dos escritórios fixados na África do Sul, Senegal, Etiópia, Emirados Árabes, Reino Unido, Singapura e EUA (BARONE; SPRATT, 2015, p. 73).

4.2.4 – China - BDC

Os principais bancos chineses envolvidos com cooperação para o desenvolvimento são o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o *China Exim*. O BDC lida, em grande parte, com agricultura e o setor de infraestrutura, em especial em países da Ásia e da América Latina. O *China Exim* foca nas operações de promoção de exportações, fortemente presente no continente africano. Em 2012, o BDC dispôs de US\$ 224,5 bilhões de crédito no exterior, e o *China Exim* de US\$ 35 bilhões. Entretanto, o BDC será mais detalhado neste breve relato, por se assemelhar mais às características que deverão ser praticadas pelo NBD.

O BDC é uma instituição financeira que está sob o controle do Conselho do Estado, maior corpo do governo chinês. Possui um caráter híbrido, assume a interface política e

comercial, possibilitando-lhe, igualmente, exercer atividades de investimento (DOWNS, 2011 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). Em 2008, por exemplo, o lado político emergiu fortemente para contornar a crise global e doméstica.

O Banco apoia também as empresas chinesas quando se lançam no espaço internacional, em nome da estratégia *going global* e para assegurar acesso à energia e a recursos naturais necessários na produção interna do país. Este Banco é capaz de oferecer empréstimos maiores e de longa maturidade. Gallagher et al (2012 *apud* BARONE; SPRATT, 2015) observaram que os empréstimos do Banco dirigidos à América Latina entre os anos de 2005 e 2011 somaram o montante de US\$62 bilhões.

Com o objetivo de apoiar a macroeconomia local, o Banco foca no desenvolvimento de infraestrutura e de algumas indústrias chave, como de energia, petrolífera, de construção de estrada, telecomunicações, agricultura, transporte, dentre outras. A missão do Banco (BDC) é:

To provide medium- to long-term financing facilities that assist in the development of a robust economy and a healthy, prosperous community. It aligns its business focus with national economic strategy and allocates resources to break through bottlenecks in China's economic and social development. (BDC)

O Banco foi responsável por estabelecer zonas econômicas especiais chinesas na Nigéria, Maurício, Egito, Argélia, Zâmbia e Etiópia. Estas possibilitaram companhias nacionais investirem em oportunidades de negócio e construir infraestruturas.

Estima-se, ainda, que, até 2011, metade dos empréstimos do BDC tenham ido para governos locais em vias de proporcionarem desenvolvimento de infraestrutura (SANDERSON; FORSYTHE, 2013 p. 32). Domesticamente, o cerne das operações gira em torno de infraestruturas urbanas como rodovias, pontes, ferrovias, portos, bases de comunicação e de energia.

Mais recentemente, a China também investiu em projetos de energia renovável. Já nas operações externas, *Friends of the Earth* (2012, p.7 *apud* BARONE; SPRATT, 2015) reportaram que, em 2009, a maioria dos empréstimos chineses destinaram-se a projetos de energia e de recursos naturais. Na América Latina, especificamente, investiu-se mais na indústria de petróleo (GALLAGHER *et al* *apud* BARONE; SPRATT, 2015).

Barone e Spratt (2015) calculam que geograficamente os empréstimos assumem os montantes da seguinte maneira: África, de 2004 a 2012, totalizou US\$ 10 bilhões; à América Latina, entre 2005-2011, US\$ 28 bilhões de crédito; o mesmo valor também teria sido reportado para a Rússia e países da Ásia Central.

Para promover investimentos chineses no estrangeiro, os mecanismos utilizados pelo BDC são organizados em três grandes frentes:

- 1) Energy-backed loans: the CDB finances foreign governments and national oil and gas companies;
- 2) Loans and lines of credit to support ‘going global’ Chinese state-owned enterprises;
- 3) Equity funds: the CDB takes equity stakes in Chinese companies operating abroad. (BARONE; SPRATT, 2015, p. 110)

O BDC é formado por 34 braços, cada qual designado a cuidar de uma região do mundo. O Banco também possui uma divisão com participação privada para gerenciamento de créditos de risco e de empréstimos. Desde 1999, o Banco conta com um Conselho para a discussão de questões globais relevantes de natureza financeira e de gerenciamento (BARONE; SPRATT, 2015, p. 24).

As condicionalidades, ainda que propagadas como não anexadas a empréstimos do CDB, podem ser vistas como requerimentos comerciais. Por exemplo, a obrigação de comprar bens chineses correspondentes a determinadas porcentagens do empréstimo recebido caracterizaria, ainda que implícita, uma condicionalidade.

4.2.5 – África do Sul - BDAS

O Banco de Desenvolvimento da África do Sul (BDAS), criado em 1983, é uma instituição estatal e compõe juntamente com mais outros três, o quadro de bancos de desenvolvimento da África do Sul. Três quartos do orçamento do banco vão para operações domésticas e 25% são destinados a projetos de infraestrutura em outros países africanos.

Este Banco tem uma sólida parceria com o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA), atuando principalmente nas áreas de energia, transporte, tecnologia da informação e comunicação, saúde, moradia, portos, estradas, saneamento básico e infraestrutura para apoiar a atividade industrial.

O Banco carrega a visão de portar-se como um agente de mudança capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico na África do Sul. Através da provisão de infraestrutura, o Banco espera melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os objetivos cotados como mandatários pelo Banco definem-se em financiar projetos de infraestrutura estratégica, enquanto se alcança sustentabilidade no longo prazo.

No ambiente internacional, o Banco procura levar a mudança e desenvolvimento socioeconômico sustentável à região da *Southern African Development Community* (SADC). Nesse sentido, as operações giram em torno de grandes infraestruturas de fronteira para

resolver bloqueios, promovendo mais integração regional e acesso ao desenvolvimento de maneira mais equitativa.

O Banco foca não apenas no financiamento de projetos de infraestrutura, mas também de setores considerados importantes para a promoção do crescimento econômico. Esta instituição aprovou projetos que remontam ao crédito de US\$44,6 mi em setores estratégicos como energia e transporte em Angola, Moçambique e Zâmbia (BDAS, 2014).

As operações externas do Banco de Desenvolvimento estiveram bastante adstritas à região do *Southern African Development Community*⁹ (SADC). Entretanto, em 2013, através de um projeto de lei para alteração do BDAS, foi autorizada a expansão de tais operações para além da região SADC, atendendo até relacionamentos entre os países dos BRICS (TESOURO NACIONAL, 2013 *apud* BARONE; SPRATT, 2015). Diferentemente dos outros bancos vistos, o Banco de Desenvolvimento da África do Sul institui condicionalidades de avaliação ambiental, requerendo então permissão ambiental para os projetos financiados (BDAS, 2010 *apud* BARONE; SPRATT, 2015).

A estrutura organizacional do BDAS conta com a Divisão de Operações Financeiras que prepara projetos e gerencia o portfólio do Banco. A divisão de riscos, por sua vez, analisa os riscos em financiar projetos de infraestrutura (BARONE; SPRATT, 2015, p.88).

⁹ Os países parte da SADC são Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Recursos são atitudes que servem para os BRICS ainda demonstrarem que têm fôlego para atuar como grupo no meio internacional. Percebe-se, com isso, o esforço do mecanismo político-diplomático em recuperar parte de sua popularidade de outrora. Entretanto, não se compartilha abrangentemente a crença de que estas duas estruturas sejam capazes de sozinhas estimularem a esperança e confiança na potencialidade BRICS novamente. O panorama econômico de desaquecimento atual corrobora para que dúvidas saltem em relação à capacidade dos BRICS em sustentarem e desenvolverem estas duas instituições no propósito da contestação sistêmica. Parece, então, que os BRICS vão se apagando em meio aos holofotes dos emergentes.

Em uma análise que aborde o grupo, o tópico das assimetrias e divergências que se revelam dentro do BRICS deve ser imperativamente considerado. Diante disso, o grupo ainda é alvo de críticas e suspeitas quanto a sua efetividade, pois não há como ignorar que a potencialidade dentro do BRICS é carregada em maior medida pela China, com ressalva da Índia que tem apresentado resultados positivos pela sua contínua ascensão. De modo tal que essa evidência sinaliza relações desequilibradas dentro do grupo, reverberando, possivelmente, nas instituições pelos BRICS criadas.

Sendo assim, é preciso ter muito claro o que é o potencial chinês e o que é o potencial BRICS quando se fala de alternativas para o sistema internacional. Claramente, a constatação da contribuição de US\$41 bi da China em comparação aos US\$5 bi da África do Sul não pode legitimar a assertiva de que todos os BRICS estão provendo novos sustentáculos do sistema financeiro internacional e da cooperação para o desenvolvimento.

De modo que o gigantismo chinês, componente do BRICS, se torna um dos principais fatores que mantém a avaliação promissora para o estabelecimento de novos parâmetros no sistema internacional. Não se pode, porém, ingenuamente acreditar que os chineses participam de coalizões como o BRICS, pautado pelos princípios de desenvolvimento do Sul global, sem visar o proveito de sua forte posição em relação aos recursos disponíveis.

Sendo assim, vislumbra-se que a busca pelos interesses chineses deverá vir à tona na utilização do NBD e ACR como instrumentos para esse fim. Fato é que a China estende seu alcance e influência nos países emergentes pela diversidade de instrumentos que vem lançando mão. Seja por meio do NBD, do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ou de outras opções, os chineses se acercam da possibilidade de alterarem a arquitetura financeira internacional.

Em avaliação geral, conjectura-se que o discurso de contestação sistêmica deve passar da exultação ideológica para possibilidades mais credíveis nessa perspectiva de países emergentes e transformadores da ordem. Todavia, é perceptível que o surgimento, consolidação da ação coletiva e demandas dos BRICS ao longo dos últimos anos serviram para adensar toda a avaliação de que, realmente, o atual sistema internacional não reflete de modo mais acurado as relações internacionais da atualidade.

Pleitos dos BRICS para democratização e redistribuição de poderes se somam às vozes individuais de alguns países, bem como de outras coalizões. Com isso, é possível que tenham colaborado para que cada vez mais se ampliasse o entendimento da insustentabilidade do sistema nos termos que se encontram. Porém, determinar se o redesenho da ordem se dará conforme os interesses e diretrizes pensadas pelos BRICS já são perspectivas, talvez, demasiadas otimistas. Além de não condizerem com as reais condições dos BRICS em implantarem reformas em face dos empreendimentos internacionais de caráter de complementação da ordem vigente.

Apesar dos receios e o arrefecimento da expectativa diante do relativo pequeno impacto, em termos de recursos, que o NBD provocará no sistema financeiro internacional, deve-se reconhecer que a criação do NBD é um logro no que tange a ação coletiva dos BRICS. Com efeito, a instituição do Novo Banco indica certa superação de divergências e cooperação. A partir desse quadro, pode-se, então, atestar o aprofundamento da cooperação intra-BRICS. Isto é positivo à medida que possibilita condições para desenvolvimento nos países participantes.

Ademais, é de grande valor o compartilhamento de *expertise* que o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul já possuem no tocante à cooperação e financiamento para desenvolvimento. Atrelado a isso, é importante ressaltar que o NBD realça o propósito Sul-Sul no qual se fundamenta a cooperação entre os BRICS. Assim, embora pequeno frente a outras volumosas instituições, o Novo Banco se esforça para empreender o paradigma de desenvolvimento destinado aos países em desenvolvimento, não dando espaço a forte clivagem da ajuda Norte-Sul, demanda presente desde a NOEI¹⁰.

¹⁰ NOEI é a sigla para Nova Ordem Econômica Internacional. Em 1974, a AGNU declarou como missão mais importante, naquele momento, a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional, pedindo que i) a base da nova ordem deveria fosse associada a um novo papel para o comércio ii) revisão dos padrões de comércios, considerados injustos por favorecerem os bens industrializados vindos dos países do Norte em

Em relação ao funcionamento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, e com base no funcionamento dos respectivos bancos nacionais de desenvolvimento, é possível conjecturar sobre algumas de suas características. Por exemplo, o NBD não deverá atender a uma prática de intervenção nos países receptores por meio das condicionalidades, a fim de cumprir com um dos motes da cooperação Sul-Sul: de não interferência nos países destinatário. Entretanto, um diferencial que pode ser empreendido no NBD – o que o destacaria como instituição que repensa a maneira de se financiar na atualidade – seria a avaliação dos custos ambientais que podem incorrer uma obra de infraestrutura como requisito para a concessão de empréstimo, assim como o Banco de Desenvolvimento da África do Sul procura fazer.

Acredita-se também que este Banco tentará diversificar geograficamente a oferta de créditos, não se restringindo a poucas regiões como fazem alguns dos bancos nacionais de desenvolvimento aqui abordados. Isso pode, inclusive, gerar uma espécie de competição para atração de capital em regiões que mais interessarem um dado país credor dentro do Novo Banco.

Por fim, é preciso destacar que não está excluída a possibilidade do NBD realizar financiamento em conjunto ao Banco Mundial, ou outros bancos de desenvolvimento regionais (conforme previsto no Artigo 19, “b” do Acordo Sobre o Novo Banco de Desenvolvimento). Ou seja, o Banco poderá atender muitas das insatisfações dos emergentes em relação ao sistema financeiro internacional e que servem, em princípio, como a razão principal para o surgimento do NBD. Isso serve para atestar que os recursos do NBD significam ainda pouco para conseguir abarcar grandes e muitos projetos, sendo necessário, eventualmente, recorrer a quem continua detendo maior poder.

Resta, porém, aguardar como se desenvolverão o NBD e ACR. Somente a partir da inauguração das atividades do Novo Banco, já marcada para o início de 2016 (BRASIL, 2015), teremos mais fatos para dar continuidade às análises sobre como as experiências de cada BRICS e suas diferenças constituirão o funcionamento da instituição.

detrimento dos mercados de bens primários; iv) redefinição das relações norte-sul. Deveria ser redefinido, portanto, as relações Norte-Sul com destaque para o papel da UNCTAD e do Relatório Brandt (SATO, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABC. **A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa**. Publicação da Agência Brasileira de Cooperação, 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/intranet/sistemas_abc/siteabc/documentos/via-abc1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- ABDENUR, A. E.; FOLLY, M. The New Development Bank and the Institutionalization of the BRICS. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p.79-114.
- AGÊNCIA BRASI. **Crise econômica pode fortalecer países do Bric, afirma Lula**. Outubro 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/11/26/ult4294u1943.jhtm>>. Acesso em: 01 out. 2015.
- AGHION, Beatriz A. **Development banking**. *Journal of Development Economics*. Vol 58, p. 83-100, 1999.
- ALMEIDA, Saulo Felipe C. **Campeões nacionais: o papel do BNDES e a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência**. Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. 85 p. Disponível em: http://tede.mackenzie.com.br/tde_arquivos/4/TDE-2013-10-23T173208Z-1735/Publico/Saulo%20Felipe%20Caldeira%20de%20Almeida.pdf Acesso em: 20 nov. 2015.
- ALONSO, José Antonio. Más allá de la ayuda: Redefiniendo el sistema de cooperación para el desarrollo. In: OCAMPO, José Antonio. **Governanza global y desarrollo: Nuevos desafíos y prioridades de la cooperación internacional**. 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015. p. 161- 206.
- AMSDEN, AH. **The rise of 'the rest': challenges to the West from late industrializing economies**. Oxford University Press: Oxford, 2001.
- ARAUJO, J.T. **The BNDES as an Instrument of Long Run Economic Policy in Brazil**. CINDES Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <www.ecostrat.net/files/bndes-as-an-instrument-of-long-run-economic-policy.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- BANCO MUNDIAL. **GDP (current US\$)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- BARONE, Barbara; SPRATT, Stephen. **Development Banks from the BRICS**. Institute of Development Studies, 2015. 129 p.

BDAS. **Integrated Annual Report 2013-2014**. Development Bank of Southern Africa, 2014. Acesso em: < <http://www.dbsa.org/EN/About-Us/Publications/Annual%20Reports/DBSA%20Integrated%20Annual%20Report%202013-14.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BDC. **Mission Statement**. Disponível em: <<http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=99>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

BDC. **Mission Statement**. Disponível em: <<http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=99>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BECARD, Danielly Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de. **O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 81-112, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100081&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2015.

BHATTACHARYA, A., ROMANI, M., & STERN, M. **Infrastructure financing: Meeting the challenges**. London: Grantham Research Institute, 2012. 48 p.

BISWAS, Rajiv. **Reshaping the Financial Architecture for Development Finance: the new development banks**. The London School of Economics and Political Science, working paper n. 2/2015. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/61120/1/LSE%20GSU%20Working%20Paper%202-2015.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

XIE, Ye. **Goldman's BRIC Era Ends as Fund Folds After Years of Losses**. Bloomberg. Novembro 8, 2015. Disponível em: < <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-11-08/goldman-s-bric-era-ends-as-fund-closes-after-years-of-losses>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

BNDES. **Missão, Visão, Valores**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/missao_visao_valores.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BNDES. **Financial Support for Offshore Projects in Brazil. BNDES: Current Status and Future Plans**. 2012. Disponível em: < http://www.minedu.fi/export/sites/default/OPM/Tapahtumakalenteri/2014/11/Tour_of_Brazil_liitteet/5_Tour_of_Brazil_Luiz_Marcelo_Martins_Almeida_11-11-2014.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BNDES. **Perspectivas do Investimento**. 2013. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/perspectivas_investimentos/boletim_perspectivas_2013C.pdf>. Acesso em 17 nov. 2015.

BRASIL. **BRICS precisa acelerar criação de banco, afirma Coutinho**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/07/brics-precisa-acelerar-criacao-de-banco-diz-coutinho>>. 2015. Acesso em 04 dez.

BRASIL. **Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento**. In: CÚPULA DO BRICS, 6., Fortaleza, 2014c. Disponível em:<http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/imprensa/comunicados-de-imprensa/217-agreement-on-the-new-development-bank-fortaleza-15-de-julho>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração e Plano de Ação de Fortaleza**. In: CÚPULA DO BRICS, 6., Fortaleza, 2014a. Disponível em: <http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. **VI Cúpula do Brics define a criação de novo banco**. 2014b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/07/banco-internacional-dos-brics-e-criado>>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRICS. **Acordo Sobre O Novo Banco de Desenvolvimento**. Fortaleza, jul. 2014d. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/NDB%20portugues.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

BRICS Information Center. **BRICS Finance Communiqué**. Horsham, United Kingdom, March 14, 2009. Disponível em: <www.brics.utoronto.ca/docs/090314-finance.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

BUSINESS DICTIONARY. **Risk pool**. Disponível em: <<http://www.businessdictionary.com/definition/risk-pool.html>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

CHATURVEDI, Sachin. Development cooperation: contours, evolution and scope. In: CHATURVEDI, S; FUES; SIDIROPOULOS. (Ed.). **Development cooperation and emerging powers**. London: Zed books, 2012. p. 13-36.

CHEN, Dingding. **3 Reasons the BRICS' New Development Bank Matters**. The diplomat, jul 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/3-reasons-the-brics-new-development-bank-matters/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CHRISTENSEN; Steen F. **Brazil's Foreign Policy Priorities**. Third World Quarterly, v. 34, n. 2, p. 271-286, 2013.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, AsifB.. Testando a cultura de clube dos BRICS: a evolução de um novo banco de desenvolvimento. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 13-

56, junho 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2015.

COZENDEY, Carlos Márcio. Visão ou Miragem? Banco de Desenvolvimento e Arranjo de Reservas no Horizonte dos BRICS. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. p.115-138.

CULIUC, Alexander; KOCHHAR, Kalpana. **Além das fronteiras**: Os desafios de crescimento dos mercados emergentes. IMF Direct, 2014. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/011314p.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2015.

CULPEPER, Roy; GRIFFITH-JONES, Stephany; TITELMAN, Daniel. Bancos multilaterales de desarrollo. In: OCAMPO, José Antonio. **Governanza global y desarrollo**: Nuevos desafíos y prioridades de la cooperación internacional. 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015. p. 251-284.

DBSA. **Integrated Annual Report 2013**. Disponível em: <<http://www.dbsa.org/EN/About-Us/Publications/Annual%20Reports/DBSA%20%20Integrated%20Annual%20Report%202012-13.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015

EICHENGREEN, Barry; PARK, Donghyun; SHIN, Kwanho. **Growth Slowdowns redux**: New Evidence on the Middle-Income Trap. NBER Working Paper 18673, 2013.

ESTEVEES et al. **BRICS, cooperation for development and the Busan 4th High Level Forum on Aid Effectiveness**. BRICS Policy Center, dez. 2011. Disponível em:
<<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5428/doc/1924286475.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

EXIM BANK OF INDIA. **Annual Report 2012–13**. Export-Import Bank of India: Mumbai, 2013.

EXIM-BANK OF INDIA. **Exim-import Bank of India Act**. Government of India Ministry of Law and Justice, n.28, 1981. Disponível em:
<<http://www.eximbankindia.in/sites/default/files/exim-bank-act.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FIORI, José Luís. **O Brasil e as "potências emergentes"**. Carta Maior, 2013. Disponível em:
<<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-Brasil-e-as-potencias-emergentes-/29291>>. Acesso em: 11 out. 2015.

FLEMES, Daniel. **O Brasil na iniciativa BRIC**: soft balancing numa ordem global em mudança?. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 53, n. 1, p. 141-156, July 2010 . Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2015.

FMI. **China,P.R.:Honk Kong Last Updated**. nov 2, 2015. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sta/ir/IRProcessWeb/data/hkg/eng/curhkg.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FONSECA Jr., Gelson. BRICS: notas e questões. In: **O Brasil, os BRICS e Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012. p.13-30.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. 248 p. (Biblioteca universitária . Série 2 , Ciências Sociais).

GARCÍA-HERRERO, Alicia. **China's outward foreign direct investment**. BRUEGEL, jun. 2015. Disponível em: <<http://bruegel.org/2015/06/chinas-outward-foreign-direct-investment/>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic backwardness in historical perspective**. Harvard University Press: Cambridge, 1962. 456 p.

GOLDMAN SACHS. **BRICS and Beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group, 2007. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-book/brics-full-book.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GRAY, Kevin; MURPHY, Craig. **Introduction: Rising Powers and the Future of Global Governance**. Third World Quarterly, v. 34, n. 2, p. 183-193, 2013.

GRIFFITH-JONES, Staphany. **A BRICS development bank: a dream coming true?** United Nations, discussion papers n. 215, 2014. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/osgdp20141_en.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **Financing Global Development: The BRICS New Development Bank**. German Development Institute, Briefing Paper n. 13, 2015. Disponível em: <https://www.die-gdi.de/uploads/media/BP_13.2015.pdf>. Acesso em 01 out. 2015.

HALE, Thomas; HELD, David; YOUNG, Kevin. **Gridlock: Why global cooperation is failing when we need it most**. Cambridge: Polity Press, 2013.

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. Yale Economic Press: New Haven, 1958.

HURRELL, Andrew. **On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society**. Londres: Oxford University Press, 2007.

HURRELL, Andrew et al. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 168 p.

IMF WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE **.Slower Growth in Emerging Markets, a Gradual Pickup in Advanced Economies**. Washington D.C.: IMF, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

IMFC. **IMFC Statement by Joaquim Levy Minister of Finance, Brazil**. FMI: International Monetary and Fianancial Committee, 31st meeting, abril 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/External/spring/2015/imfc/statement/eng/bra.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

ITAMARATY. **Entrada em vigor do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)**. Nota 269, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10435:entrada-em-vigor-do-acordo-sobre-o-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR . Acesso em: 02 set. 2015.

KONUSHI PAULO, ONUKI PAULO, Cinthia Konishi; ONUKI, Janina. **Coalizões Sul-Sul: mapeamento, tipologia e estratégias**. In: OLIVEIRA, Amancio. ONUKI, Janina. (Org.). *Coalizões Sul-Sul e as Negociações Multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA*. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2007. p. 103-152.

KRAYCHETE, Elsa S. **Desenvolvimento e cooperação internacional**. Cad. CRH, Salvador , v. 25, n. 65, p. 183-186, Aug. 2012 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792012000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2015.

KRIEGER, Jeol. **The Oxford companion to politics of the world**. New York: Oxford Univeristy Press, 1993. 1056 p.

LAZZARINI, Sergio G. ; MUSACCHIO, Aldo; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; MARCON, Rosilene. **What do Development Banks do?** Evidence from Brazil, 2002-2009. Harvard Business School, n. 12-047, 2011. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/12-047.pdf>> . Acesso em: 28 out. 2015.

LESSA, Antônio Carlos. **Parcerias estratégicas do Brasil: um balanço da era Lula (2003 - 2010)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 53, n. spe, p. 115-131, 2010.

LIMA, Maria Regina S.; HIRST, Monica. **Apresentação**. In: LIMA, Maria Regina S.; HIRST, Monica organização. São Paulo: Paz e Terra, pp. 7-26, 2009.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **The New Development Bank adds substance to the BRICS**. Wilson Center, 2014. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/article/the-new-development-bank-adds-substance-to-the-brics#sthash.WXWDFBN4.dpuf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MEIER, Gerald. **Leading Issues in Economic Development**. New York: Oxford University Press, 1995 6ed. 591 p.

MILANI, Carlos; DUARTE, Rubens. **Cooperação para o desenvolvimento e cooperação sul-sul: a perspectiva do Brasil**. P. 51 – 79. In: Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais / organização Haroldo Ramanzini Júnior, Luis Fernando Ayerbe. - 1. ed. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015. 178 p.

NARLIKAR, Amrita. **International Trade and Developing Countries: Bargaining Coalitions in the GATT & WTO**. London, Routledge, 2003.

OCDE. **Economic Outlook and Interim Economic Outlook**. 2015. Disponível em:<<http://www.oecd.org/economy/economicoutlook.htm>>. Acesso em: 16 out. 2015.

OECD. **Trade-Related South-South Co-operation: India**. Organisation for Economic Cooperation and Development: Washington DC, n. 9, 2012. Disponível em: <www.oecd.org/dac/aft/South-South_India.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

OVIEDO, Eduardo Daniel, 2014. **Principales variables para el estudio de las relaciones entre Brasil y China**, in Raúl Bernal-Meza and Lincoln Bizzozero (eds.) *La Política Internacional de Brasil: de la Región al Mundo*. Uruguay: Ediciones Cruz del Sur, pp. 143-166.

OXFAM. **The BRICS Development Bank: Why the world's newest global bank must adopt a pro-poor agenda**. OXFAM POLICY BRIEF, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-brics-development-bank-110714-en.pdf>>. Acesso em 4 dez. 2015.

PAPE, Robert. A. **Soft Balancing Power Against the United States**. *International Security*, v. 30, no. 1, pp. 7-45. Disponível em <http://belfercenter.hks.harvard.edu/files/1019-is-30-1_final_02-pape.pdf>. Acesso em 30 set. 2015.

PAUTASSO, Diego. **A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura**. *Boletim Meridiano* 47 vol. 16, n. 149, mai.-jun. 2015, p. 12 a 19. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/15017/11746>>. Acesso em 3 dez. 2015.

PESEK, William. **China steps in as World's New Bank**. Bloomberg View, China, 25 dez. 2014.

PREBISCH, Raul. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, n. 12/89, abr. 1950. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/002.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

REIS, Maria Edileuza F. BRICS: surgimento e evolução. In: **O Brasil, os BRICS e Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012. p.31- 48.

REISEN, Helmut. **Will the BRICS bank change the global financial architecture?** German Development Institute, jul 2014. Disponível em: <<https://www.die-gdi.de/en/the-current-column/article/will-the-brics-bank-change-the-global-financial-architecture-1/>>. Acesso em: 9 out. 2015.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 227 p.

SANDERSON, H; FORSYTHE, M. (2013) **China's Superbank: Debt, Oil and Influence – How China Development Bank is Rewriting the Rules of Finance**, New York: Bloomberg

SANTOS, Leandro Bruno. **Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras**. Soc. nat.,Uberlândia , v. 27, n. 1, p. 37-52, abr. 2015 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132015000100037&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SATO, Eiiti. **Economia e política das relações internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 236 p.

SCHABLITZKI, Jan. **The BRICS Development Bank: A New Tool for South-South Cooperation?** BPC Policy Brief, v. 5, n. 1, dez. 2014. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6765/doc/386811845.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SPRATT, Stephen. **Banking on a New World Order**. The Economic Times of India, 20–26 July State Council of the PRC China's Foreign Aid. Beijing: State Council of the People's Republic of China, 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/201407/10/c_133474011.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

SPRATT, Stephen; GRIFFITH-JONES, Stephany; OCAMPO, José Antonio. **Mobilising investment for inclusive green growth in low-income countries**. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), 2013.

STUENKEL, Oliver. **The Financial Crisis, Contested Legitimacy, and the Genesis of Intra-BRICS Cooperation.** Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations: October-December 2013, Vol. 19, No. 4, pp. 611-630.

TAINO, Danilo. **BRIC** – A sigla do mundo de amanhã. Corriere della Sera, out. 2011.

THAKUR, Ravni. **Institutionalising BRICS:** the new development bank and its implications. Delhi Policy Group, ago. 2014. Disponível em:

<http://www.delhipolicygroup.com/uploads/publication_file/1070_Institutionalising_BRICS_The_New_Development_Bank_and_its_Implications.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

UNDP. **Human Development Report 1991.** New York: Oxford University Press, 1991. 30p.

VEB. **Bank for Development.** Disponível em: <<http://www.vyb.ru/en/strategy/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERISSIMO, Michele Polline. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas:** Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. Econ. soc., Campinas, v. 18, n. 3, p. 513-546, Dec. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2015.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **Investimentos brasileiros na África no governo Lula:** um mapa. Meridiano 47, v. 12, n. 128, Nov/dez, 2011, p. 3- 9. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4242/4749>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

WILDAU, Gabriel. **New BRICS Bank in Shanghai to challenge major institutions.** Financial Times, Shanghai, 21 jul 2015. Disponível em:

<<http://www.ft.com/cms/s/0/d8e26216-2f8d-11e5-8873-775ba7c2ea3d.html#axzz3oBsLMaQX>>. Acesso em 02 out. 2015.

YIN, George. **The BRICS Bank and China's Economic Statecraft.** The Diplomat, jul.

2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/the-brics-bank-and-chinas-economic-statecraft/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

Apêndice A – Quadro Resumo das Características dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento dos cinco BRICS¹¹

	Performance financeira	Missão	Objetivos	Setores focais de investimento	Regiões de destino dos créditos	Condicionalidades	Estrutura organizacional
Brasil - BNDES	Total de equidade: US\$24.902 mi / Total de ativos: US\$ 329.043 mi/ Total de lucros: US\$ 3.657 mi. (em 2013)	Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.	Dar suporte aos investimentos externos de companhias brasileiras, como modo de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil mediante o alcance de novos mercados.	Atividades relacionadas ao petróleo, infraestrutura, mineração, nas atividades relativas a <i>commodities</i> , alimentação.	Predominam a África e a América Latina. Destacam-se, principalmente, os países africanos parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).	As condicionalidades dos empréstimos ocorrem quando se prevê concorrência com as manufaturas locais. Ou seja, as condicionalidades concernem à política protecionista do BNDES.	A estrutura organizacional do BNDES é dividida em conselho diretor e conselho administrativo. O sistema do BNDES é composto pelo FINAME; BNDESPAR; BNDES Limited e EximBrazil.
Rússia - VEB	Total de equidade: US\$ 17,2 bi/ Total de ativos: US\$ 95 bi/ Total de lucros: US\$ 566 mi. (em 2012)	Dar suporte financeiro aos projetos externos e domésticos tidos como de interesse nacional.	Diversificar a economia russa, de modo que, aumente a vantagem competitiva do país, se tornando mais atrativo a investimentos.	Área de energia, engenharia aéreo-espacial, eletrônicos, transporte e produtos relativos à indústria de defesa. Além disso, setores	A área de atuação do banco é bem restrita, se resumindo em grande parte a operações no território da Federação Russa. Apenas três	As condicionalidades dos financiamentos seguem a missão e estratégia do Banco. Por isso, o VEB não financia setores tradicionais da economia russa,	O Conselho supervisor do VEB define a orientação política do banco; regula a produção de relatórios; aprova

¹¹ Todas as informações que constam no quadro foram retiradas do artigo *Development Banks from the BRICS* de Barone e Spratt (2015).

				específicos como o da indústria <i>high-tech</i> e também as de empresas de médio e pequeno porte.	projetos de investimentos foram realizados fora do território russo.	como o setor petrolífero.	auditorias e aprovações.
	Capital	Missão	Objetivos	Setores focais de investimento	Regiões de destino dos créditos	Condicionalidades	Estrutura organizacional
Índia – Exim Bank	Total de ativos: US\$9,10 bi/ Total de lucros: US\$ 168,4 mi. (em 2012)	Visam não apenas aumentar as exportações da Índia, mas também a integrar o comércio exterior e os investimentos para o crescimento global.	As linhas de crédito são direcionadas às companhias indianas para que consigam acesso a mercados e possam realizar investimentos.	Os setores foco de investimento das companhias indianas são os de tecnologia de informação, comunicação, infraestrutura e agricultura.	Foco em maior parte aos países africanos. Seguindo de Ásia, Oceania, América Latina e Caribe e, por último, Europa.	O Banco opera sem condicionalidade, mas exige que os serviços utilizados em projetos financiados venham de companhia indianas.	O Conselho de diretores que é controlado pelo governo. O Banco se organiza em setor de gerenciamento de <i>agrobusiness</i> e setor especializado em pequenas e médias empresas
China - BDC	Total de equidade: US\$79, 853 mi/ Total de ativos: US\$ 1.205 bi/	Prover financiamentos de médio e longo prazo que possibilitem meios de	Apoiar empresas chinesas quando se lançam no espaço internacional – estratégia <i>going</i>	Foca no desenvolvimento de infraestrutura urbana e de indústrias chave como de energia,	Primeiramente África, seguido da América Latina, Rússia e Ásia Central.	Podem ser tidas como requerimentos comerciais.	O BDC possui uma divisão com participação privada para gerenciamento

	Total de lucros: US\$ 10,283 mi. (em 2013)	assistência para o desenvolvimento de uma economia robusta e de uma comunidade saudável e próspera.	<i>global</i> . E assegurar acesso à energia e a recursos naturais necessários para a produção interna do país.	petrolífera, de construção de estrada, telecomunicações, agricultura e transporte.			de créditos de risco e de empréstimos. E o Conselho do Banco acompanha o panorama global de financiamento.
	Capital	Missão	Objetivos	Setores focais de investimento	Regiões de destino dos créditos	Condicionalidades	Estrutura organizacional
África do Sul - BDAS	Total do passivo: US\$ 3,5 bi / Total do patrimônio líquido: US\$ 1,5 bi / Total de ativos: US\$ 5,1 bi / Total de Lucros: US\$ 78.2 mi. (em 2012)	Ser um agente de mudança capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico na África do Sul. Através da provisão de infraestrutura, o Banco espera melhorar a qualidade de vida das pessoas.	Financiar projetos de infraestrutura estratégica, enquanto se alcança sustentabilidade ao longo prazo. Além de, buscar a mudança e desenvolvimento socioeconômico sustentável à região da SADC.	Atua nas áreas de energia, transporte, tecnologia da informação e comunicação, saúde, moradia, portos, estradas, saneamento básico e infraestrutura para apoiar atividade industrial. E, em relação à SADC, foca-se em infraestruturas de fronteira.	As operações externas do Banco de Desenvolvimento estiveram bastante adstritas à região do Southern African Development Community	Institui condicionalidades de avaliação ambiental, requerendo então permissão ambiental para os projetos financiados	A divisão de Operações Financeiras prepara projetos e gerencia o portfólio do banco. Já a divisão de riscos, por sua vez, analisa os riscos em se financiar os projetos de infraestrutura.